

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA
SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA
LEGISLATURA, EM 12-11-2018.

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mônica Leal, Paulo Brum, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença André Carús, Cláudio Conceição, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Do EXPEDIENTE, constaram o Comunicado nº 166799/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação, e os seguintes Ofícios: nº 046/18, de Juvenal Araújo Júnior, Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério dos Direitos Humanos; nº 174/18, de Leonardo Luciano Ferreira da Silva, Coordenador-Geral de Execução Orçamentária e Financeira do Ministério da Cultura; nºs 562, 912 e 963/18, de Arthur Fernandes de Souza, Coordenador de Filial da Caixa Econômica Federal; nº 573/18, do Prefeito; nº 706/18, de Marcos de Souza Oliveira, Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal; nºs 726, 727 e 900/18, de Iuri Jadovski, Gerente de Filial da Caixa Econômica Federal; nºs 806 e 874/18, de Fernanda Almeida Cappellini, Coordenadora de Filial da Caixa Econômica Federal; nº 935/18, de Marcos Wunsche, Coordenador de Filial da Caixa Econômica Federal; nºs 1518, 1520, 1595, 1626 e 2063/18, de Michael Espinosa Herreira, Coordenador de Filial da Caixa Econômica Federal. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Rodrigo Maroni. A seguir, em face de Licença para Tratar de Interesses Particulares de Dr. Thiago do dia doze ao dia quatorze de novembro do corrente, o Presidente declarou empossado em substituição, pelo mesmo período, Cláudio Conceição, informando-lhe que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Também, foi aprovado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia doze ao dia quatorze de novembro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado em substituição, pelo mesmo período, Giovane Byl, após a entrega de seu Diploma e Declaração de Bens, bem como a indicação do nome parlamentar e a prestação do compromisso legal, informando-lhe que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Em TEMPO ESPECIAL, pronunciou-se José Freitas a respeito de sua Representação Externa nos dias seis e sete de novembro do corrente, na cerimônia de abertura da Campanha Nacional do Dia da Psoríase, em Brasília – DF. Foi apregoadado Requerimento de autoria de Cassiá Carpes, solicitando Licença para Tratamento de Saúde nos dias sete e oito de novembro do corrente. Também, o Presidente concedeu a palavra, nos termos

do artigo 12, § 8º, do Regimento, a Giovane Byl. Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Valter Nagelstein. Em prosseguimento, foi apregoado o Ofício nº 1029/18, do Prefeito, indicando Mauro Pinheiro e Moisés Barboza para as funções, respectivamente, de Líder e Vice-Líder do Governo neste Legislativo. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Moisés Barboza. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Luiggi Giovani de Moraes Bertaco, Presidente do Centro Acadêmico André da Rocha, que se pronunciou acerca do transcurso do centésimo aniversário dessa entidade. Após, nos termos do artigo 206 do Regimento, Reginaldo Pujol, Dr. Goulart, Adeli Sell, Professor Wambert, Airto Ferronato, José Freitas e Fernanda Melchionna manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta e oito minutos às quinze horas e trinta e nove minutos. Em prosseguimento, foi apregoado o Processo SEI nº 033.00023/2018-29, por meio do qual é autorizada Representação Externa de João Carlos Nedel no dia quatorze de novembro do corrente, no 6º Encontro Gaúcho das Empresas de Serviços Contábeis, em Nova Petrópolis – RS. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Mauro Pinheiro, Professor Wambert, Idenir Cecchim e Sofia Cavedon. Na ocasião, foi apregoado Requerimento de autoria de Tarciso Flecha Negra, solicitando Licença para Tratamento de Saúde nos dias cinco, doze, treze e quatorze de novembro do corrente. Também, por solicitação de Márcio Bins Ely, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Cristiano Prunes Azevedo. Ainda, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Reginaldo Pujol, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Às dezesseis horas e treze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 047/17 (Processo nº 0582/17), após ser discutido por José Freitas, Fernanda Melchionna, Dr. Goulart e Aldacir Oliboni. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 047/17, por vinte e cinco votos SIM e três votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Giovane Byl, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro e Professor Wambert. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 047/17. Foi aprovado o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 047/17, considerando-se prejudicado o projeto original. Em Votação Nominal, foi aprovado, em 1º Turno, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 003/18 (Processo nº 0757/18), por vinte e sete votos SIM e três votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Cassio Trogildo e Prof. Alex Fraga, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Fernanda Melchionna, Giovane Byl, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel,

Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Felipe Camozzato, Mauro Pinheiro e Ricardo Gomes. Na oportunidade, foi constatada a existência de quórum deliberativo em verificação solicitada por Cassio Trogildo. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Alvoni Medina e aditado por Aírto Ferronato, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Alvoni Medina, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 129/17 (Processo nº 1116/17), e foi aprovado Requerimento de autoria de Alvoni Medina, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 129/17 (Processo nº 1116/17), após ser discutido por Mendes Ribeiro. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 129/17, por vinte e cinco votos SIM e um voto NÃO, em votação nominal solicitada por Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Giovane Byl, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein e Não Mauro Pinheiro. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 129/17. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 093/17 (Processo nº 0913/17), após ser discutido por Cassiá Carpes, Adeli Sell, Aírto Ferronato e Sofia Cavedon. Na ocasião, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Aírto Ferronato, ao Substitutivo nº 01 apostado ao Projeto de Lei do Legislativo nº 093/17, e foi aprovado Requerimento de autoria de Aírto Ferronato, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 093/17, por vinte e um votos SIM e três votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein e Não Felipe Camozzato, Giovane Byl e Mauro Pinheiro. Foi aprovado o Substitutivo nº 01 apostado ao Projeto de Lei do Legislativo nº 093/17, considerando-se prejudicado o projeto original, por vinte e dois votos SIM e dois votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Fernanda Melchionna, Giovane Byl, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein e Não Felipe Camozzato e Mauro Pinheiro. Foi aprovado Requerimento de autoria de Aírto Ferronato, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 272/17 (Processo nº 2480/17). Às

dezessete horas e trinta e sete minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo em verificação solicitada por Felipe Camozzato, a Presidenta declarou encerrada a Ordem do Dia. Em prosseguimento, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Alvoni Medina, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 272/17 (Processo nº 2480/17). Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Dr. Goulart, em tempo cedido por Elizandro Sabino, e Marcelo Sgarbossa. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Dr. Goulart. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 072 e 138/18 e os Projetos de Resolução nºs 030, 031 e 034/18; e, em 2ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/18. Durante a Sessão, Reginaldo Pujol manifestou-se acerca de assuntos diversos. Às dezessete horas e cinquenta e um minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Valter Nagelstein, Mônica Leal e Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Boa tarde, Sr. Presidente, demais colegas vereadores e vereadoras, colegas da Câmara, público que nos assiste pela TVCâmara, público das galerias. Subo a esta tribuna, ainda me resta em torno de dois meses de mandato como vereador aqui, onde eu estive, durante quase quatro anos, numa luta incansável, diária, permanente – quem esteve aqui acompanhou –, por um tema absolutamente esquecido e, lamentavelmente, totalmente à margem da política, que é o tema dos animais. Particularmente me coloco como um dos desajustados, dos inconformados, daqueles que são, muitas vezes, considerados loucos – muita gente nos considera loucos por defendermos os animais –, e eu não tenho nenhum problema em dizer isto: para mim, a espécie humana está abaixo da espécie dos animais, em todos os sentidos, em todos os aspectos morais e de valores. Na verdade, eu considero que os animais me resgataram, me fizeram um ser humano melhor, não que eu tenha chegado ao ideal do que quero, mas, seguramente, o que eu melhor aprendi na vida foi com eles, com os animais, com essa convivência difícil, dura e absolutamente triste, porque a realidade dos animais é esta: em nada se avançou em nenhum momento no País, nas leis, em nenhuma cidade, em nenhum governo. Eu, na semana passada, falava com um governador e dizia para ele: se fizer alguma coisa, já é alguma coisa, já que não teve nada até agora, assim como nenhum Presidente da República... Eu aqui digo que, em todos os partidos, em todas as prefeituras, não tem nada pelos animais, porque eu conheço a realidade dos animais. Nós, esses loucos desajustados, não nos conformamos em ver seres que, na nossa opinião, são superiores a nós em sentimento, em lealdade, em pureza e, incondicionalmente, no amor, não têm representação. Eu vim para cá em 2015 e três anos depois serei deputado, e agora estou lançando a ideia de formar um partido dos animais, mas não para ser mais um partido da República para concentrar gente em busca de poder ou isso ou aquilo. Nós estamos fundando – e estou aqui com a

camiseta, Moisés –, e vou viajar, a partir do ano que vem, pelo Brasil todo para fundar o partido dos animais. Preciso ir a 11 Estados, iniciar e depois recolher assinaturas para lutar por aquilo que ninguém fala, nenhum prefeito fala, nenhum governador fala, nenhum presidente falou até hoje. E nós temos hoje, no Brasil, e não é uma opinião, o que eu vejo eu sei, o que senti pulando o dilúvio, resgatando animais atropelados, estuprados, eu vi e vivenciei, todos os dias e todas as noites, todos os feriados. Mas aqui são números, há cerca de 30 milhões de animais abandonados no Brasil. Isso quer dizer que a cada cinco pessoas há um animal abandonado, para vocês terem ideia, sem direito nenhum, sem nada para defender, sem ninguém para defender. E eu estava fazendo um levantamento aqui, gente, e olhem só, a UNESCO falou, em 1978, o que era considerado maus-tratos: não dar água e comida para um animal, manter preso em corrente, manter em local sujo ou pequeno, deixar sem ventilação, negar assistência veterinária, obrigar ao trabalho excessivo ou superior de sua força, abandonar, ferir, envenenar, utilizar para rinha, caça, tráfico de animais silvestres, rodeios, extermínio de raças, preconceitos contra animais como pit bull, e comércio de peles. Eu pergunto: quem de nós, brasileiros, não sabe que isso acontece o tempo inteiro, o dia inteiro? Todos os dias! Sem ninguém para defender, sem nenhuma lei para defender. Isso a UNESCO falou em 1978, o que era maus-tratos. E isso acontece sem lei nenhuma para defender. E com o partido dos animais, esses loucos desajustados, que não se conformam em ver isso, vão estar junto nesse partido, estão convidados para estar nesse partido. O partido dos animais tem, como primeiro partido brasileiro em defesa única e exclusivamente dos animais, como alguns princípios: defender a convivência harmoniosa entre os animais e os humanos, o respeito à preservação deles. A nossa bandeira...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): ...dentro dos vulneráveis, historicamente ignorados, porque nós temos um povo, e eu me elegi deputado e falo isso porque foi com os votos de pessoas ignorantes culturalmente, individualmente formadas para serem ignorantes e com os animais que pagam um preço mais alto da nossa ignorância e da nossa sociedade ignorante sem ter como testemunhar o que passam, sem ter como falar o que passam. Há estupro de pessoas e há lei para isso; há estupro de mulheres e há lei para isso; há racismo e há como testemunhar para isso. Para os animais, não tem como testemunhar. E nós, mais do que qualquer coisa, queremos com o partido dos animais, firmar um pacto de trazer a sociedade para dentro da política, para defender os animais e ser a testemunha ocular e viva do que os animais passam, porque eles dependem muito de nós. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Em função da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Dr. Thiago, no período de 12 a 14 de

novembro de 2018, declaro empossado o Ver. Cláudio Conceição, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

Em função da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Cláudio Janta, no período de 12 a 14 de novembro de 2018, o suplente Giovane Byl, assumirá no lugar do Ver. Cláudio Janta. Solicito ao suplente Giovane Byl que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Giovane Byl prestará a seguir.

SUPLENTE GIOVANE BYL (SD): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Declaro empossado o Ver. Giovane Byl. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Giovane Byl, V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

O Ver. José Freitas está com a palavra em Tempo Especial.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Presidente Valter, colegas vereadores e público que nos assiste; subo à tribuna para prestar contas da minha ida a Brasília, semana passada, representando esta Casa, representando a Frente Parlamentar pela Psoríase.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Aí tem algumas fotos do evento, junto com a Sra. Gladis, presidente da Psoríase Brasil. Eu trago boas notícias de Brasília. Na atividade, foi realizado um balanço das atividades do ano de 2018, no que avançamos, no que temos que avançar. É importante ressaltar que nós temos, de minha autoria e aprovada nesta Casa, a Lei nº 12.247/17, que cria a Rede de Atenção às Pessoas com Psoríase. Já é lei no nosso Município. Infelizmente, o município vizinho de Esteio está mais avançado do que Porto Alegre. Ver. Moisés, o município de Esteio está anos-luz na nossa frente em relação à psoríase. Em torno de 2% da população do País são portadores de psoríase. Então, imaginem 2% de Porto Alegre. Nós aprovamos, em 2017, uma lei que cria a Rede de Atenção às Pessoas com Psoríase. Em Esteio também tem a frente parlamentar, criada por uma vereadora do PP, e essa rede de atenção já existe em Esteio.

Nós sentamos aqui com o secretário da Saúde, Erno, comentamos, falamos, mostramos para ele o quanto é importante montar, criar, botar essa lei em prática aqui em Porto Alegre. Isso é uma luta que continua. Mas a notícia boa que eu trago, do

Ministério da Saúde, uma solicitação nossa, da frente parlamentar, e também uma luta da Psoríase Brasil, que luta há décadas para que os remédios biológicos que as pessoas portadoras de psoríase usam sejam disponibilizados no sistema de saúde, é que o Ministério da Saúde nos deu um retorno, e, em torno de 180 dias, esses remédios estarão sendo disponibilizados. O Ministério da Saúde comprará essa medicação e disponibilizará em todo o Brasil, para que as pessoas tenham acesso à medicação em todo o sistema de saúde. Essa é uma notícia positiva que nós trouxemos de Brasília, é uma luta que a gente tem feito, há algum tempo já. E nos colocamos à disposição de todas as pessoas portadoras de psoríase, procurem o nosso gabinete, procurem a Psoríase Brasil para vocês terem maiores informações. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. José Freitas. O Ver. Cassiá Carpes solicita Licença para Tratamento de Saúde nos dias 7 e 8 de novembro de 2018.

O Ver. Giovane Byl está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADOR GIOVANE BYL (SD): Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, quem está presente na sessão desta tarde. Para mim é motivo de muita alegria, de muita honra estar assumindo hoje como vereador de Porto Alegre. E credito toda a honra, toda a glória ao meu Deus. Eu também gostaria de agradecer ao meu Partido Solidariedade, que vem me dando suporte e estrutura, e também por ter acreditado num jovem como eu. Eu também aqui expresso a minha gratidão ao Solidariedade Jovem, do qual sou secretário estadual aqui no Rio Grande do Sul. Eu sou o guri da vila, que hoje assume como vereador de Porto Alegre. Eu nasci no bairro Bom Jesus e me criei no bairro Mário Quintana, um dos lugares mais violentos e mais pobres de Porto Alegre. Eu me considero um privilegiado por estar aqui hoje. De muitas palavras que me disseram, ao longo da vida, eu ouvi muitas coisas, como, por exemplo, que eu não iria passar dos 18 anos, eu ouvi muitas coisas ruins a meu respeito por eu morar na periferia, por eu morar numa comunidade pobre. Eu nunca ouvi que eu seria vereador, mas o Deus a que eu sirvo e a fé que tenho hoje me possibilitam e me dão a oportunidade de ser aqui credenciado como vereador de Porto Alegre. Eu quero aqui expressar essa mensagem e quero reproduzi-la, depois, aos nossos jovens de Porto Alegre.

Também gostaria de pedir a esta Casa que a juventude de Porto Alegre seja pautada, pois os nossos jovens estão morrendo, a nossa juventude, a cada dia, tem tido as suas vidas ceifadas, e nós precisamos dar atenção aos nossos jovens. Eu estou cansado de ir a enterros, estou cansado de ir a velórios, eu estou cansado de ver jovens com potencial, jovens perdendo suas vidas muito cedo. Eu tive algumas oportunidades na vida, e o que eu estou falando não é para pedir assistencialismo, os nossos jovens não querem assistencialismo, os nossos jovens querem oportunidade. Um dia uma igreja

evangélica me deu a oportunidade de eu me ressocializar, um dia o Orçamento Participativo de Porto Alegre me deu oportunidade de eu me tornar delegado e, posteriormente, eu me tornei conselheiro, me tornei coordenador do Orçamento Participativo, e hoje eu estou aqui assumindo como vereador de Porto Alegre. Então, nesta posse, a mensagem que eu quero deixar é a seguinte: vamos dar atenção aos nossos jovens. Meus eleitores, minha equipe, meus parceiros, pessoas que acreditaram em mim, nos dias em que eu estiver aqui nesta Câmara, eu vou usar esta tribuna para representar quem me elegeu, o povo que eu represento. Muito obrigado por essa oportunidade. Que Deus abençoe a nossa Câmara de Vereadores, que Deus abençoe a nossa cidade de Porto Alegre. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Vereador. Seja bem-vindo. Desejo êxito na sua passagem, também cumprimento as pessoas que o acompanham, familiares e apoiadores do seu mandato; sejam todos bem-vindos.

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Tempo de Presidente.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Srs. Vereadores, conforme determina o nosso regimento, eu quero fazer uma prestação de contas aos ilustres colegas da missão oficial que este Presidente desempenhou agora, na semana passada, na cidade-irmã de Porto Alegre, cidade de Kanazawa.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): A primeira projeção que eu faço é a do pórtico de chegada da estação ferroviária da cidade de Kanazawa, que é um monumento também típico da cultura japonesa. Essa estação, desde o ano passado, recebe o trem-bala que liga a cidade de Tóquio à cidade de Kanazawa. São 50 anos de irmandade entre as nossas cidades. Há 51 anos, na verdade, a cidade japonesa é irmã de Porto Alegre. Em 2017, para celebrar o cinquentenário dessa irmandade, uma comitiva de japoneses, incluindo três vereadores e o vice-prefeito, com quatro artesãos, mais uma série de outras pessoas, dois funcionários da Prefeitura Municipal, ao total uma comitiva de 15 de pessoas, vieram a Porto Alegre para celebrar os 50 anos de irmandade entre as nossas cidades. Eu mostro aos colegas vereadores que, no Parque das Nações, em Kanazawa, existe o monumento do Laçador doado por Porto Alegre àquela cidade-irmã. Esse monumento foi instalado lá, é de tamanho real e foi levado para Kanazawa ainda no governo do prefeito Guilherme Socias Villela. Em retribuição, Kanazawa, no ano passado, doou a Porto Alegre um monumento que se chama Kotoji Toro, que,

traduzindo para o português, significa lanterna de pedra. E esse monumento está instalado aqui no nosso Parque Moinhos de Vento, nosso Parcão. Kotoji Toro, como está ali embaixo, caracteriza-se por ser uma espécie de lanterna típica daquela região.

Bom, quando o Presidente da Câmara chegou lá, Srs. Vereadores, foi recebido na Prefeitura Municipal – tem um largo na frente da Prefeitura –, com um painel eletrônico, onde estava escrita uma saudação, em língua portuguesa, dando as boas-vindas à delegação do Brasil, com a nossa bandeira do Brasil e a bandeira do Japão. O governo japonês designou duas pessoas para nos acompanharem. Essas pessoas estavam aguardando no aeroporto de Tóquio, fizeram todo o traslado conosco pelo metrô, depois até o trem-bala. Elas nos acompanharam também na manhã seguinte até a Prefeitura, onde nós fomos recebidos por dois servidores públicos da municipalidade, que acompanharam o Presidente da Câmara de Porto Alegre durante todos os dias em que estive lá: pela manhã, pela tarde e pela noite. Nós fomos recebidos de manhã, e, logo em seguida, fui recebido pela presidência da câmara de vereadores, que colocou todos os servidores da câmara perfilados em homenagem ao Presidente. Eu pude mandar isso por WhatsApp, para que os colegas pudessem ver, e faço questão de reproduzir, pela educação com que fui recebido lá no Japão, porque eu acho que nós temos muito que aprender com isso. Da vez que veio a delegação japonesa aqui, Ver.^a Comandante Nádia, eu posso dizer, de forma muito segura, que foram muito mal recebidos em Porto Alegre, inclusive por nós. Agora, mais uma vez, o Presidente da Câmara está aqui prestando contas, e pouquíssima gente está prestando atenção. Se fosse no Japão, eu garanto que estariam todos em silêncio prestando atenção naquilo que o Presidente está falando. Então, quando a gente fala de educação, quando a gente fala de cultura, realmente existe uma distância muito grande que nos separa do Japão. Eu quero dizer aos Srs. Vereadores que isso aqui é uma obrigação oficial do Presidente e, na verdade, eu estou compartilhando conhecimento. Eu não precisaria apresentar, tenho que fazer o relatório por escrito. Se os meus 36 colegas vereadores que me honraram com a presidência da Casa compreenderem que não é necessário que o Presidente faça a prestação de contas, eu também não faço. Então não é uma questão de estar chamando atenção ou fazendo reprimendas, eu sou igual a qualquer outro aqui, mas eu fiz questão de compartilhar com os senhores. Para mim, inclusive, é uma deferência.

Podemos ir adiante. Aqui é a forma como o Presidente foi recebido pela Mesa da Câmara de Vereadores e logo em seguida eu fui levado a um restaurante típico, onde nós tivemos um almoço, custeado pela Câmara de Vereadores de Kanazawa. Aqui, Srs. Vereadores, são as oito cidades-irmãs de Kanazawa que estavam lá presentes. A primeira cidade, em ordem cronológica, foi a cidade de Buffalo, no Estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos; logo em seguida vem Porto Alegre, depois Irkutsk, na Rússia; Ghent, na Bélgica; Nancy, na França; Suzhou, na China; Jeonju, na Coreia e Dalian, na China. Nós fomos recebidos, no dia seguinte, pelo prefeito municipal e por todas as delegações que lá estavam. Eu trouxe um recorte do jornal da cidade de Kanazawa que deu destaque à notícia da nossa visita e das delegações todas que lá estavam. Quero registrar que, na verdade, a delegação de Porto Alegre, que foi

composta por mim e pelo Diretor-Geral da Câmara de Vereadores, era a menor das delegações que lá estavam. Todas as outras delegações eram compostas de três a seis integrantes, as da China, da Bélgica, enfim, todas que ali estavam. A delegação de Buffalo, nos Estados Unidos, foi representada por aquela senhora japonesa que está ali ao lado do prefeito. A delegação do Brasil está na segunda linha e ao meu lado está o Sr. Wada e a sua esposa, a Sra. Keiko, que foram designados pelo governo do Japão para irem daqui de Porto Alegre, às custas do governo do Japão, para nos esperarem lá no aeroporto e nos acompanharem como intérpretes durante todo o percurso que tivemos lá.

Eu queria fazer, neste momento, um agradecimento muito grande também pela atenção do Sr. Wada e da Sra. Keiko, pela gentileza deles. Eles nos acompanharam desde o dia em que nós chegamos até o dia em que nós saímos, do desembarque no aeroporto até o momento em que nós embarcamos novamente no aeroporto. Fizeram toda a tradução. Além deles, duas pessoas foram designadas pela Prefeitura de Kanazawa. Mais uma vez, isso merece o nosso registro e a minha mais profunda gratidão, em nome do povo de Porto Alegre e da nossa Câmara de Vereadores.

Isso daí é um grande evento da cidade, é um evento esportivo, para o qual há essa mobilização. São dois grandes eventos: um em junho e outro em outubro, esse para o qual fomos convidados, que é a Maratona de Kanazawa. Pois bem, ali é uma recepção no dia seguinte, à noite, promovida pelo prefeito municipal, onde estavam mais de 500 pessoas. Ali estão novamente as delegações que foram representadas, lá no jantar de despedida.

Depois, na volta de Kanazawa, nós passamos em Tóquio, onde fomos recebidos pela Câmara de Comércio Brasil/Japão, por um representante que estava lá aguardando. Conduziram-nos a uma visita guiada ao parlamento de Tóquio, que é um parlamento metropolitano que tem 127 cadeiras, como o nosso aqui, mas são 127 vereadores. E tivemos um almoço de despedida com o ex-Cônsul-Geral do Brasil em Porto Alegre e em Curitiba e uma delegação de executivos e pessoas que têm afinidade ou que têm relações com o Brasil, no último dia em que estivemos lá.

Quero informar os senhores vereadores que existem três formas, ou quatro, de se chegar ao Japão. Todas elas são com escalas. E na medida em que nós fomos com passagem econômica, até não poderia ser diferente, são mais de 40 horas de viagem. Então, tem que se passar, obrigatoriamente, por algum lugar: por Dubai, ou pelos Estados Unidos, ou pela Europa ou pela África, pela Etiópia mais precisamente. Eu compreendi que o que era mais proveitoso era buscar agregar informação ao seminário que já havíamos feito aqui, de segurança pública, no mês de julho, quando veio aqui um xerife de Los Angeles, que nos foi muito prestimoso, muito gentil também e nos montou uma série de agendas. Então, na ida, Ver.^a Nádia, o nosso Michael Parker montou uma agenda para o Presidente da Câmara na Câmara de Vereadores de Los Angeles e na Prefeitura Municipal de Los Angeles, e também na Polícia de Los Angeles, no dia seguinte. Tivemos o dia todo de reuniões, na Câmara foi durante um turno, na Prefeitura durante o outro turno e na Polícia foi durante um dia – nós fizemos uma visita técnica pela manhã ao prédio da Chefia de Polícia. E lá tem a seguinte

diferença: nos Estados Unidos, a polícia é municipal, como se fosse a nossa Guarda Municipal aqui. Eles têm aqueles policiais que a gente vê com os carros brancos e pretos, o chefe daquela polícia é nomeado pelo prefeito municipal, e, junto com essa polícia, há o xerife, que tem uma abrangência, podemos dizer, regional, que aqui seria como se fosse uma polícia da Região Metropolitana. Eles, os dois, têm a mesma tarefa, ambos são polícias de ciclo completo, a diferença é que o xerife, que se veste de marrom e verde, tem essa abrangência regional, enquanto aquela polícia de cores branco e preto é só de âmbito municipal. Para os senhores terem uma ideia – Ver. Cassio Trogildo, que é muito envolvido e que fez um grande seminário aqui sobre isso também –, só a polícia de Los Angeles tem um orçamento, para este ano de 2018, de US\$ 1,4 bilhão. Eles têm uma série de ações em conjunto com a prefeitura municipal que reduziram drasticamente, nos últimos dez anos, as taxas de criminalidade nos crimes contra a vida. Uma cidade de 10 milhões de habitantes como Los Angeles teve menos de cem homicídios neste ano de 2018. Nós, aqui no Rio Grande do Sul, estamos com mais de quarenta homicídios por cem mil habitantes. Lá eles têm menos de seis por cem mil habitantes. Eles têm um trabalho de polícia comunitária de mitigação de confronto, a prefeitura organiza, como se fossem os nossos conselhos tutelares, trabalhos nos bairros, nos colégios municipais para minoração de conflitos familiares, para fazer com que esses conflitos familiares, que, muitas vezes, depois, se transformam em crimes de maior gravidade, não ocorram, exatamente a partir do diálogo que a prefeitura municipal e a polícia buscam estabelecer. Então, eles têm um trabalho de polícia comunitária muito profundo, e acho que é um ensinamento que nós podemos levar muito adiante.

Na Califórnia, as duas polícias que visitei, em São Francisco e em Los Angeles, eu diria que o grande problema que eles estão enfrentando hoje lá é que eles fizeram uma reforma penal – porque também a lei penal, diferentemente do Brasil, que é federal, lá é estadual – e descriminalizaram uma série de pequenos delitos, especialmente os delitos contra o patrimônio. Isso fez com que um grande contingente de pessoas que, antigamente, estavam encarceradas fossem desencarceradas, aumentando exponencialmente a questão dos moradores de rua e do consumo de entorpecentes nas ruas, e aumentaram também os crimes contra o patrimônio. Mas este é o único indicador de criminalidade que aumentou, os outros todos diminuíram, especialmente a questão dos crimes contra a vida e, mais particularmente, os homicídios.

Então, nós passamos o dia inteiro ali. Ali tem uma sala onde a polícia acompanha, em tempo real, todos os veículos de mídia da cidade e interage com esses veículos de mídia, através das páginas de comunicação social da polícia de Los Angeles. Através das suas páginas do Twitter e do Facebook, principalmente, essas são as contas que eles mais usam, eles interagem com a comunidade. Quero agradecer muito, pois eu fui recebido pelo xerife e, depois, também pelo chefe de polícia. Fiz uma visita à Câmara de Vereadores de Los Angeles, onde fui muito bem recebido, e quero dizer que lá, à direita, na imagem, aqueles últimos dois vereadores estiveram em Porto Alegre, inclusive, por ocasião do Fórum Social Mundial. Em Los Angeles e em São

Francisco, os vereadores todos são democratas. O que se pode dizer que sejam, no Brasil, *mutatis mutandis*, à esquerda. São vereadores de uma postura mais liberal. Aquele vereador, à minha direita na foto, o Cedillo, me presenteou com um livro intitulado Power Shift, o poder da mudança, parecido até com o livro do Alvin Toffler, que tem o mesmo título, que fala como os latinos mudaram a política nos Estados Unidos da América e sobre a luta que os latinos estão enfrentando, hoje, com relação ao recrudescimento de certas políticas de restrição à imigração. Na verdade, se não fosse a imigração latina, o Estado da Califórnia e do Texas não teriam mão de obra. A mão de obra toda, na Flórida, especialmente em Los Angeles e no Texas, isto é, nos Estados do Sul dos Estados Unidos, é toda latina, desde jardineiros, operários, pedreiros, tudo, absolutamente; latinos divididos entre hondurenhos, bolivianos, colombianos, nicaraguenses, mexicanos, enfim nossos irmãos da América Latina e alguns contingentes, obviamente, de brasileiros. Eu queria pedir a atenção dos Srs. Vereadores para um pequeno filme que mostra a forma como o Presidente da Câmara de Porto Alegre foi recebido na Câmara de Vereadores de Los Angeles, uma das cidades mais importantes do mundo, estamos falando de uma das capitais do mundo, certamente uma das capitais culturais do mundo. Por favor, queria passar o filme.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Presidente da Câmara está se referindo ao Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que ele falou que é uma cidade portuária no Sul do Brasil, uma cidade com 1,5 milhão de habitantes, e traçou algumas diferenças entre a câmara deles e a nossa, o que eu queria gizar para os Srs. Vereadores. A primeira é que lá são 16 vereadores; segunda, lá o voto não é obrigatório, é facultativo; terceira e importante: os vereadores são distritais. Diferentemente daqui, ele fala, onde os vereadores têm que fazer campanha em toda a cidade, lá os vereadores representam 16 distritos, cada distrito elege um vereador. Acho uma coisa ideal, para o futuro, a gente precisa pensar aqui para o Brasil, e acho que muitos de nós têm acordo em relação a isso, uma representação distrital me parece um sistema muito melhor e eu pude atestar isso lá. Fui novamente muito bem recebido na Câmara Municipal de Vereadores, é esse prédio é histórico, os senhores podem ver que esse prédio é todo em mármore, é belíssimo, a Prefeitura é gigantesca, é algo que obviamente está muito além dos nossos padrões.

Vou dar um dado curioso para os senhores: o Estado da Califórnia se tornou independente do México em 1850; quando nós, aqui, estávamos fazendo a nossa Revolução Farroupilha, eles estavam lá na guerra contra o México. Então, o Estado da Califórnia, em 50 anos, deu um salto econômico, no início do século XX. Por exemplo, o prédio que eu vou mostrar para os senhores, depois, que é o da Prefeitura de São Francisco, é um prédio do tamanho quase que do Vaticano, com uma cúpula de ouro fantástica. Então, em 50 anos, eles conseguiram um acúmulo, uma riqueza e um conceito de país. Enquanto nós, aqui, estávamos guerreando na Revolução Farroupilha,

eles, lá, já tinham conseguido a sua independência e fincado as bases de uma grande nação como, de fato, são os Estados Unidos da América.

Srs. Vereadores, essa imagem mostra que eu fui recebido pelo gabinete do prefeito municipal, que designou todo o *staff* da Prefeitura Municipal para que pudessem nos apresentar as políticas sociais que são feitas, porque foi esse o objeto – e quero agradecer muito ao Matheus, da Escola do Legislativo, que ajudou – na nossa viagem, o objeto de estudo: verificar como nós podemos fazer políticas municipais para a redução da violência e criminalidade. A reunião na Prefeitura foi toda com esse objetivo, estavam todas as secretarias envolvidas, e me deram todos os documentos que nos mostram como são feitas essas políticas que representam a redução da violência e da criminalidade através de múltiplas ações sociais. Em todos os finais de semana, em todas as temporadas de verão, de inverno, de primavera existem festivais que envolvem as comunidades – negra, latina, hispânica... Então, essa foi na Prefeitura Municipal. Isso foi na ida, porque, como eu disse aos Srs. Vereadores, nós tínhamos que fazer uma escala, pois são 40 horas na classe econômica de um avião, com três pessoas sentadas quase que na última fileira, e isso é humanamente impossível, dá até problemas de saúde, de circulação nas pernas e tudo o mais. Portanto nós fizemos essa escala, aproveitamos para fazer duas agendas em dois dias.

Seguimos adiante, foram 14 horas de viagem até Tóquio e, depois, mais 14 horas de viagem na volta. Na volta paramos em São Francisco, e fui recebido pela presidente da Câmara Municipal de São Francisco, Sra. Malia Cohen, uma presidente negra, mas com o nome judaico. Eles têm algumas características parecidas com a nossa. O Avô da presidente Malia Cohen era judeu, assim como o meu também que, lá pelas tantas, conheceu uma mulata, se apaixonou e fez essa maravilhosa mistura de raças que nos compõem a todos. A presidente Malia me recebeu com muita educação, com muita gentileza, me ciceroneou por todo o prédio. Aliás, lá nos Estados Unidos, o prédio da câmara de vereadores e o prédio da prefeitura são no mesmo prédio físico. Ali ela me mostra as composições da câmara, caminhamos pela galeria dos ex-presidentes, mostrou-me os distritos e como a cidade é organizada, fomos no salão nobre para fazer a foto oficial, no gabinete, depois visitando o plenário da câmara, que também não é menos luxuoso e menos imponente que o plenário de Los Angeles. A diferença é que o plenário de Los Angeles é todo de granito e esse é todo de madeira, mas, por ser de madeira, não é menos nobre. É uma madeira de lei, toda entalhada, toda trabalhada, toda adornada. Há duas coisas para as quais quero pedir a atenção dos Srs. Vereadores aqui, não é chauvinismo, não é patriotada, Ver.^a Fernanda. Os vereadores, lá nos Estados Unidos, quando começa a sessão, Ver. Robaina – nas duas das quais eu participei, uma sessão plenária e uma reunião da Comissão de Economia e Finanças –, todos, em pé, se viram à bandeira e prestam um juramento à bandeira dos Estados Unidos. É um compromisso de patriotismo, de vinculação com o país. Logo em seguida, tem uma coisa muito curiosa, seria até interessante nós fazermos aqui. De acordo com a primeira emenda da Constituição americana, há um direito que assiste todo e qualquer cidadão americano de liberdade de expressão, se chama *freedom of speech*. Então, num período de dez minutos, qualquer cidadão da cidade que chegar à

câmara – naqueles dez minutos, são cinco inscrições – pode vir ao microfone no início da sessão e falar por dois minutos sobre qualquer assunto que quiser. Isso ocorre em todas as sessões, sem nenhum tipo de restrição; podem, inclusive, falar contra os vereadores, acusar os vereadores, falar contra a política, podem falar o que quiserem, Ver. Medina, de acordo com esse comando da Constituição americana. No início de cada sessão, o microfone, por dois minutos... É como se nós colocássemos ali, na porta do plenário, o microfone; e a cada dia de sessão aqui na Câmara, antes de iniciar a sessão, qualquer cidadão de Porto Alegre pudesse vir aqui e falar o que quisesse por dois minutos – falar da condição do seu bairro, falar de alagamento, falar do estado das ruas, falar de educação. É como a gente tem na tribuna popular, que vai ter agora aqui, mas lá é diferente, qualquer um pode chegar, desde que se inscreva. Tem que respeitar os dois minutos; se a pessoa continuar falando, já vai a guarda da câmara e, imediatamente, retira. Então, lá na câmara, eu fui muito bem recebido.

Mais uma vez, o mesmo tipo de agenda que nós tínhamos feito sobre a segurança, também com a chefia de polícia. O chefe de polícia de São Francisco é aquele senhor que está ao meu lado, à minha esquerda, o senhor negro (Referindo-se à apresentação em PowerPoint.), que me recebeu com muita educação, com muita gentileza, com muita fidalguia; ficou uma manhã inteira nos dando todas as explicações que eram necessárias. Lá, como eu disse, o chefe de polícia é nomeado pelo prefeito municipal. Esta era a última lâmina que eu tinha para apresentar. Depois, à tarde, nós saímos para visitar as cidades, os bairros, para ver como, na prática, essas ações são desenvolvidas pela municipalidade.

Quero chamar a atenção de vocês para algumas imagens: *Crime Prevention Strategy*, que são as estratégias de prevenção ao crime, são municipais e são várias – depois vou distribuir cópia dessa apresentação aos senhores; divisão de engajamento da comunidade: a prefeitura e a polícia desenvolvem um trabalho em conjunto para engajar a comunidade na política de redução da criminalidade e da violência. Então, vejam que têm vários entes, inclusive organizações não governamentais envolvidas nessas políticas e há, de fato, uma expressiva redução da criminalidade.

Bom, era isso. Eu vou disponibilizar, como eu disse, essas lâminas da apresentação por escrito para os Srs. Vereadores, me desculpo e me penitencio por ter utilizado o tempo por demais, mas eu aprendi com meu velho pai, que Deus o tenha, que conhecimento não ocupa espaço. Eu trago dessa viagem, no meu alforje existencial, muito conhecimento, que eu, como homem público, me sinto na obrigação de compartilhar com os Srs. Vereadores e de compartilhar com a minha Cidade. Agradeço muito a distinção e fico muito honrado de ter ido a essa viagem, representando o Parlamento de Porto Alegre, e espero, Srs. Vereadores, que eu tenha, nessa missão oficial que fiz, desempenhado a contento a representação que tive a honra de receber dos meus colegas vereadores de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Apregoo Ofício nº 1029/18, do Sr. Nelson Marchezan Júnior, Prefeito Municipal de Porto Alegre, que diz o seguinte (Lê.): “Sr. Presidente, cumprimentando-o cordialmente, oficializo a V. Exa. a indicação do Ver. Mauro Pinheiro para Líder do Governo e do Ver. Moisés da Silva Barboza para vice-Líder do Governo, na Câmara Municipal, em consonância do art. 228, A, do Regimento aprovado pela Resolução 1178/92, da Câmara Municipal de Porto Alegre. Atenciosamente, Prefeito Nelson Marchezan. 12 de novembro de 2018.”

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde a todos, Presidente, colegas, todos que nos acompanham na tarde de hoje. Mais um dia em que nós acompanhamos a apresentação, no Paço Municipal de um importante projeto para esta Cidade. Nos últimos dias, vimos a apresentação do projeto Famílias Acolhedoras e diversos projetos importantes para a nossa Cidade. Hoje foi dia da apresentação da questão dos parques, praças, verdes complementares, concessão, adoção desses espaços. Em contraste a isso, nós, mais uma vez, ficamos surpresos de ver e de notar o número de pessoas nesta Cidade que necessita de atendimento nas áreas sociais, mais de 280 mil porto-alegrenses precisam do atendimento do Estado através do campo social. Para que nós possamos, nesses momentos difíceis, financeiramente falando, para que os governos possam atender a essas prioridades, é que nós queremos, sim, em Porto Alegre, aumentar o nível de pertencimento das pessoas. É importante que os colegas tenham entendimento que esta legislação modernizada para que não só pessoas jurídicas adotem canteiros, passarelas, fachadas de prédio, praças, é muito importante deixar claro que não só as pessoas jurídicas, mas também as pessoas físicas poderão adotar espaços da Cidade. Um dado, nesta Casa, eu e vários colegas fazemos parte da Frente Parlamentar de Recuperação do Arroio Dilúvio. Só na Ipiranga, com corte de grama do talude que poderá, já disse da tribuna, em três diferentes trechos, serem adotadas essas áreas, nós deixaremos de gastar dos cofres públicos meio milhão de reais/ano, que poderemos eleger com prioridades extremamente importantes. Então, quero saudar novamente essa iniciativa do Poder Executivo, e já pedi ajuda dos colegas vereadores para que a gente possa o mais rápido possível preparar esse projeto para trazermos ao plenário. Não menos importante, gostaria de ressaltar que, nesse sábado, tivemos eventos na cidade de valorizar a estima que temos pela Cidade, como o We Love POA, a questão do evento que teve aqui na orla. E quero dar um recado público do meu posicionamento que tive nas redes sociais: eu desejo que Porto Alegre do futuro aconteça hoje. Eu, realmente, acredito que Porto Alegre precisa abandonar o ranço ideológico, e nós precisamos trazer eventos mundiais, internacionais, precisamos pensar grande e deixar um pouco essas questões que tanto fazem Porto Alegre marcar passo como vanguarda do atraso. Foi muito importante esse sábado, milhares e milhares de porto-alegrenses participaram não só do evento que aconteceu na orla, mas em várias áreas da Cidade.

Por último, gostaria de agradecer profundamente o Presidente, os líderes das bancadas pelo período de mais de um ano em que estive nesta Casa respondendo pela liderança do governo. Todos aqui – os mais próximos – entendem e muitas vezes

testemunharam todo o esforço que fiz para aprender com os colegas vereadores. Aprendi muito e continuo na tarefa de apoiar os projetos estruturantes, vou estar na vice-liderança do governo. O Ver. Mauro Pinheiro tem sido um dos líderes que tem me auxiliado muito, me orientado aqui nesta Casa; de todo o meu coração, eu gostaria de agradecer também ao Ver. Cassio e dizer que foi um aprendizado muito grande. O documento já chegou, estamos revezando, mas estaremos juntos, temos agora o Ver. Mauro Pinheiro como Líder do governo. De todo o coração, quero agradecer por esse período e dizer...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): ...eu tenho dividido com os mais próximos uma série de responsabilidades de fora desta Casa. Semana passada, eu dividi um momento familiar aqui, que resultou no corte do meu cabelo. Minha mãe, infelizmente, ontem entrou na CTI do Hospital Mãe de Deus. De todo o meu coração, quero agradecer a ajuda dos valorosos vereadores e vereadoras que me auxiliaram nesse tempo e me ensinaram muito. Muito obrigado a vocês de todo o coração. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Vereador, eu quero cumprimentá-lo, porque o senhor desempenhou uma das tarefas mais espinhosas que incumbe a qualquer vereador aqui, eu fui líder do governo também. São 36 personalidades, são 36 vontades, são 36 pessoas com as suas particularidades, com as suas idiossincrasias e mais os interesses políticos. O senhor conseguiu desempenhar essa atividade, que não é fácil, que confronta interesses. Eu queria lhe dizer isso, o senhor conseguiu desempenhar essa atividade sem ter feito uma inimizade aqui dentro da Casa. Eu acho que isso é um testemunho da sua qualidade pessoal. Então, eu quero cumprimentá-lo, quero dizer que, independente, o resultado não dependia só do líder do governo, é um resultado muito mais do que do líder do governo, dependia de outras conjunturas. E quero desejar sucesso ao meu colega, Ver. Mauro Pinheiro, meu companheiro de Mesa, ex-Presidente desta Casa, que tem ajudado tanto, nessa missão também, volto a dizer, espinhosa, que lhe toca nesse momento. Acho que a Cidade precisa, a Cidade está num momento muito difícil, de crise muito grande, Ver. Cecchim, Ver. Ricardo, Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Pujol, Ver. Conceição, todos nós sabemos das dificuldades que a Cidade está vivendo e, independentemente das idiossincrasias, dos problemas, das disputas políticas, eu acho que a Cidade precisa de um momento muito melhor. Então, eu quero desejar sucesso ao Ver. Mauro, e tenho certeza de que o Ver. Moisés vai continuar contribuindo, como tem contribuído. Parabéns, Ver. Moisés; sucesso, Ver. Mauro.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Centro Acadêmico André da Rocha – CAAR, que tratará de assunto relativo aos 100 anos da CAAR e da Alumni – Associação de ex-alunos da Faculdade de Direito, fundada este ano. O Sr. Luigi Giovane de Moraes_Bertaco, presidente da CAAR, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. LUIGGI GIOVANE DE MORAES BERTACO: Boa tarde a todos e a todas; quero saudar o Presidente da Câmara, Ver. Valter Nagelstein; quero saudar o Dr. Goulart, agradecer por terem aberto este espaço para o Centro Acadêmico André da Rocha. Aproveito para saudar também todos e todas, vereadores e vereadoras, bem como os demais presentes. Planejamos este pronunciamento com base em um brilhante professor, o qual nos dizia que o melhor discurso é bom e curto. Ao menos, se não for bom, foi curto. Assim vou tentando me nortear por aqui. Pensando no tema, escolhemos contar a história do Centro Acadêmico, como entramos para o movimento estudantil, a relação que vemos com o atual cenário político e também as preocupações dos estudantes, os quais representamos. Uma coisa é certa, hoje se faz história aqui, pois é a primeira vez que o CAAR entra na Casa do Povo, sendo uma satisfação e honra poder ser o presidente neste momento.

O movimento estudantil normalmente é pensado em movimento de lutas, de protestos, de ocupar os espaços públicos, valendo-se da voz, do grito de ordem, e o mais bonito é, hoje, o representante – e falo como CAAR – chegar na Casa do Povo para trazer as suas reivindicações, utilizando-se das instituições, fazendo valer a democracia, em outra dimensão de se fazer política. E contando a história da gestão da qual faço parte, percebo que esse novo modo de fazer política tem gerado e tende a gerar mais frutos para o futuro. E isso está intrinsecamente relacionado com o saber que está à frente de uma instituição. No meu caso, não é qualquer instituição, o CAAR completou 101 anos, agora, em 2018. O Direito é o maior curso da UFRGS, somente atrás das engenharias, a Faculdade de Direito tem em torno de dois mil alunos. Fora que por aqueles bancos já passaram nada mais, nada menos do que nove Ministros do Supremo, dois Presidentes da República, isso para não falar em juízes, desembargadores, advogados de renome, vereadores.

É fato concreto que o CAAR também já passou por períodos difíceis, nebulosos da política brasileira, afinal, como disse, tem um centenário de existência, lutou pela redemocratização, enfrentou a ditadura militar, tendo presidentes vigiados naquele período, perdurou, enfrentou as crises e está aí hoje: firme e forte e aqui presente. Com a Constituição de 1988, somos gestão democrática da Faculdade de Direito, temos 15% da participação garantida pela Lei de Diretrizes Básicas, estando presente em todas as estruturas. Em cada departamento, cada comissão formada na UFRGS está lá o Centro Acadêmico representando. Conto essas histórias para os

senhores saberem que o movimento estudantil trabalha muito e hoje chega aqui dentro de mais uma instituição do Estado, utilizando sua voz para representar os alunos no local em que deveríamos ser mais próximos, afinal os senhores e as senhoras trabalham com o nosso objeto de estudo, que são as leis. E fazendo uma observação quanto às leis, no nosso ato de constituição, o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino expressou a seguinte fala: “Prefiro viver no governo das leis que no governo dos homens”, com a qual hoje concordo plenamente.

Como dizia, há formas e formas de fazer política, na redemocratização foi necessário ir às ruas. Sabendo hoje o tamanho do CAAR, entro nas instituições e propago a voz sabendo que tem um peso e uma tradição centenária.

Nesse novo modo de encarar o movimento estudantil, recentemente visitamos o presidente da OAB do Rio Grande do Sul pleiteando que a sociedade civil também efetive direitos, buscando que os alunos de baixa renda da nossa universidade, da nossa faculdade, possam ter acesso à carteirinha de estagiário da OAB gratuitamente. Afinal, como seria, no primeiro estágio, precisar desembolsar uma renda que não se tem? Em outro momento, em outra oportunidade, visitamos o Coronel do 9º Batalhão do Centro pedindo policiamento no entorno, ao qual agradecemos, deixo aqui registrado, porque atendeu o nosso pedido. E assim tem sido, entre outras instituições que o CAAR vai e é muito bem recebido.

Explicando essa nova forma realizada, toco no ponto que me fez entrar para o movimento estudantil: mudar a vida das pessoas, pensar e fazer – essa é a grande palavra, fazer. Entrei no movimento estudantil porque via o meu centro acadêmico fechado, via luta, via vozes gritando, mas esquecendo o principal motivo pelo qual eles foram escolhidos: representar os alunos, e não somente impor o pensamento de uma minoria a dois mil alunos, que é o que somos hoje. Fiquei indignado com tal situação. Vimos uma assembleia contra uma emenda constitucional da PEC de gastos com excessos para todos os lados: regras mal-formuladas, pessoas defendendo a ideologia de um partido X ou Y. Para quem não sabe, a assembleia é a forma como tiramos o posicionamento dos alunos. Foi quando um grupo de plurais, formado por diferentes ideologias, resolveu se unir para fazer do centro acadêmico, para o estudante e sem partidatismo, um local onde todos teriam voz e vez, e assim tem sido. Entrei como mero representante discente, acabei buscando resolver problemas burocráticos, problemas relacionados aos TRIs, e acabava abrindo a sede, porque acredito que ali é onde é feita a real política, o confronto de ideias entre os acadêmicos.

Nesse período, também fomos atrás de soluções para a falta de recursos. Junto a um grupo de ex-alunos, constituímos a Alumni – do latim, ex-alunos –, associação de ex-alunos que busca arrecadar fundos, como já acontece em outros lugares do mundo, para fortalecer o ensino, fortalecer a faculdade. Como referi, dali saem pessoas influentes todos os dias.

Aproveito e deixo o convite a todos os ex-alunos da faculdade a integrarem essa associação, que, assim como tem sido na UnB, tem modificado o ensino público, que tem sido precarizado.

Por fim, como tem sido praxe das minhas falas, quero dizer que o centro acadêmico reitera a defesa do ensino público de qualidade. Educação não pode ser tratada como um mero produto, educação é mais do que isso: é um motor essencial para qualquer sociedade, é um motor de transformação social. Quero aproveitar para dizer que reiteramos a defesa da democracia. Reiteramos a defesa da universidade pública, da UFRGS, do fortalecimento das nossas instituições, que são tão importantes para se viver em democracia. Para encerrar, termino com a fala de um dos pais da democracia, Péricles: “Nós, cidadãos, decidimos as questões públicas pela representação, crendo que não é o debate empecilho à nação, e sim o fato de não se estar esclarecido pelo debate antes de chegar a hora da ação. O seu nome, como tudo depende não de poucos, mas da maioria, é democracia. Meu muito obrigado a todos, tenham uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Convido o Sr. Luigi Giovane de Moraes Bertaco a fazer parte da Mesa.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, o Ver. Dr. Goulart me deu a primazia de ser portador da primeira manifestação. O nosso jovem me remete no tempo, há 50 anos, 60 anos, quando eu militava no Centro Acadêmico Maurício Cardoso, e o amigo, no André da Rocha. Meus cumprimentos, a gente fica feliz em saber que o tempo passa, mas a nossa faculdade de direito continua produzindo lideranças objetivas, efetivas e reais dentro da sociedade brasileira. Leve aos seus colegas e aos seus representandos o abraço de um veterano que hoje sentiu saudades. Eu gostaria de estar no seu lugar e não no lugar onde eu me encontro. Um abraço e meus cumprimentos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. O Ver. Dr. Goulart está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sr. Luigi Giovane Bertaco, é com muita satisfação que o recebemos aqui na Câmara representando, pela primeira vez, a fala de um centro acadêmico tão importante e tão político como o CAAR. Lembro que, nesse centro acadêmico, falava em política João Belchior Marques Goulart, nosso querido Presidente João Goulart, que foi o primeiro presidente a falar em reformas no Brasil, isso nos idos de 1963, 1964. Até agora, o Brasil não tomou conta das reformas, não chega a um consenso sobre as reformas. Quero cumprimentá-lo pela vinda, é importante para a Câmara receber o centro acadêmico da UFRGS. Quero dizer que o

senhor tem pinta na tribuna, como o seu pai, que está buscando uma posição de vereador, de deputado federal, o que a gente certamente vai levar junto, com a ajuda do Valtinho, mais adiante. Muito obrigado, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, vereador. O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Caríssimo Giovane, tive o prazer de muitas vezes ter batalhado com seu pai nas questões da área rural de Porto Alegre, fui secretário. Agora eu posso te dizer que eu vou falar de colega para colega, sou estudante de direito na Fadergs, estou no oitavo semestre. Fico muito feliz de ver que a representação do CAAR está aqui presente. O Centro Acadêmico André da Rocha é fundamental na histórica de consolidação da democracia neste Estado. Fico muito honrado de ouvir a tua fala fazer esse resgate histórico. Que continues assim com teus colegas, porque nós temos que sempre, independente de qualquer circunstância, manter viva a chama do Estado Democrático de Direito. Sucesso ao teu centro acadêmico e sucesso na tua atividade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Adeli. O Ver. Professor Wambert está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, Sr. Luigi Giovane; é uma honra para mim poder cumprimentar o Centro Acadêmico André da Rocha. Eu fiz toda a minha formação de pós-graduação na Faculdade de Direito da UFRGS, tanto o mestrado quanto o doutorado. Foram cerca de oito anos ali dentro da faculdade, acompanhando de perto a tradição, o envolvimento do centro acadêmico não só nas questões políticas e relevantes da nossa sociedade, mas na própria qualidade do ensino da UFRGS. Pouco se fala – e pouco se reconhece – na ação acadêmica contundente e eficiente dos alunos da UFRGS na busca da qualidade do ensino da faculdade, da universidade. Peço que transmita a todos os alunos daquela faculdade, dos quais eu sou colega, o nosso orgulho, a gratidão da sociedade gaúcha por esses cem anos de luta, de qualidade e de perseverança. Um grande abraço e vida longa ao nosso centro acadêmico. Muito obrigado pela presença aqui conosco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Em primeiro lugar, o meu abraço ao Sr. Luiggi. Quero também fazer a minha saudação ao Presidente da Câmara e dizer que estou falando em meu nome, Ferronato, e em nome do Ver. Paulinho Motorista, do nosso partido, o PSB. Estamos aqui te trazendo um abraço e te cumprimentando pela tua presença conosco, e cumprimentando a nossa instituição pelos cem anos, uma história de luta pelas causas dos nossos alunos. Eu, como professor universitário que sou também, estou aí para te deixar um abraço, te cumprimentar e dizer que a Câmara está satisfeita com a tua presença e cumprimenta, em nome de todos, a nossa instituição. Um abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, vereador. O Ver. José Freitas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Sr. Presidente, Sr. Giovane, que está hoje à frente dessa instituição, tu tens um bom professor, o teu pai. Quero te parabenizar pelo teu trabalho, tu, tão jovem, engajado nessa luta, assim como teu pai é com as comunidades de Porto Alegre. Que tu tenhas sucesso na tua caminhada. Conta com esta Câmara de Vereadores, conta conosco e que, num tempo muito breve, tu estejas aqui também, fazendo outro tipo de política. Um abraço e sucesso.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. José Freitas. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde, eu queria cumprimentar o Luiggi, tão jovem, e parabenizar pelos cem anos do CAAR, que, como tu bem falaste, é uma entidade que tem uma história enorme no movimento estudantil, com todas as suas gestões, e passou por todos os momentos históricos, da ditadura, da batalha pela redemocratização. Ouvi atentamente a questão da OAB e da carteirinha, que tu falavas, e quero te dizer que eu acho que tem outra bandeira que é fundamental neste momento histórico que nós estamos vivendo: infelizmente, nós temos um presidente eleito que, recorrentemente, tem falado na cobrança de mensalidades na universidade pública, tem falado contra a autonomia de organização dos centros acadêmicos, do diretório central dos estudantes, e mesmo das reitorias, e eu acho que nós vamos ter uma luta muito importante, sabe bem o Luiggi. Eu vim do movimento estudantil da UFRGS, cursei biblioteconomia, fui do DCE, fiz muita luta estudantil, como várias pessoas, centenas, milhares de pessoas que passaram pela nossa Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nós, de fato, estamos muito preocupados. Vai ser fundamental defender a liberdade de cátedra dos professores e das

universidades, a liberdade do movimento estudantil, de ter as suas bandeiras, de ter as suas assembleias, de ter os seus congressos, de ter as suas lutas e, muito mais do que isso, a própria existência de uma universidade federal pública gratuita e de qualidade. Vai ser uma bandeira que precisa ser fortalecida no próximo período. A bancada do PSOL na Câmara Municipal – Roberto Robaina, Alex Fraga e a Karen –, tenho certeza, estará nessa batalha, e eu, na Câmara Federal, sempre batalhando em defesa da nossa universidade.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, vereadora. Eu estava lembrando junto com o Giovane Luigi que Getúlio Vargas foi aluno da Faculdade de Direito e membro – não sei se não foi presidente – do Centro Acadêmico da Universidade Federal. Dois ex-Ministros, que eu me lembre, do Supremo Tribunal Federal, o Ministro José Néri da Silveira, de Lavras do Sul, e, agora, a Ministra Rosa Weber são egressos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da faculdade de direito. O Dr. Paulo Brossard de Souza Pinto, nosso ex-Ministro da Justiça, ex-Ministro do STF, da mesma forma. A nossa Faculdade de Direito da UFRGS é um celeiro de grandes valores, de produção de pensamento, de doutrina, inclusive de jurisprudência, porque, a partir dali, se formam grandes expoentes que vão compor os nossos tribunais, as carreiras advocatícias e as carreiras do Ministério Público do Brasil. E também outras carreiras, como as carreiras diplomáticas e outras tantas. Quero te cumprimentar, Luigi, pelos cem anos do centro acadêmico, quero pedir que leves um abraço também à direção da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e desejo vida longa a essa instituição, que já é centenária. Parabéns! Esta Casa está sempre à disposição, quero que saibas do orgulho da Câmara de Vereadores, que é uma instituição que tem 245 anos. Também já não somos uma entidade das mais jovens e estamos celebrando os cem anos do Centro Acadêmico André da Rocha, da nossa UFRGS. Parabéns! Leva um abraço da Câmara de Vereadores a todos os estudantes de direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Muito obrigado. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h38min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h39min: Estão reabertos os trabalhos.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que solicita representar esta Casa no 6º Encontro Gaúcho das Empresas de Serviços Contábeis – Egescon, na cidade de Nova Petrópolis/RS, no dia 14 de novembro de 2018.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, falo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores – do nosso Líder

Oliboni, da Ver.^a Sofia Cavedon, agora deputada, e do Ver. Marcelo Sgarbossa. Ver. Robaina, o prefeito ficou bravo, ontem, de novo. Lançou uma nota atacando o Rally Capital dos Buracos. Ele deve ter se sentido muito incomodado, porque as cinco redes de televisão fizeram uma ampla cobertura do Rally Capital dos Buracos. Atacou, porque o presidente da Associação Brasileira dos Usuários de Rodovias é filiado ao PT em Santa Cruz do Sul. Qual é o problema? É crime alguém ser filiado a um partido político? Não, não é, né? Por enquanto, não é. “Ah, porque os vereadores do PT.” Sim, o Sgarbossa e eu estávamos lá. “Ah, porque o Simpa.” Nós solicitamos emprestado um carro de som. Tem algum problema? Não, não tem problema, isso vai acontecer muito em Porto Alegre, posso dizer ao Moisés Barboza e ao meu amigo, líder do governo, Mauro Pinheiro. Tem buracos na Capital, tem problemas. Nós queremos saber agora do funcionamento – pergunto objetiva e claramente – das duas usinas de asfalto de Porto Alegre. Nós queremos um retorno, já solicitamos aqui. É um patrimônio construído com dinheiro da Prefeitura, Cecchim. Queremos saber se funciona, ou por que não funciona. Nós sabemos que o contrato do tapa-buraco foi feito por regiões da Cidade. Eu tenho dúvidas sobre essa questão do fatiamento. Parece-me que, no frigir dos ovos, legalmente, é possível fazer fatiamento por regiões. Tenho algumas dúvidas jurídicas sobre isso, estamos vendo. A qualidade do asfalto e a demora, Ver. Mauro Pinheiro, em fechar um buraco faz com que a água acabe detonando toda a parte asfáltica, muitas vezes por baixo, inclusive, de calçamento. Aí Porto Alegre é, de fato, a Capital dos buracos. O sucesso do Rally Capital dos Buracos foi graças à Prefeitura de Porto Alegre, que deixa a Cidade esburacada. E não é numa vila, não é no Centro, é na Cidade inteira. Então não adianta o Prefeito lançar outra notinha – notinha – de brabinho, porque conosco não leva. Nós queremos ser respeitados, a sociedade civil quer ser respeitada. Não ache o prefeito que lançar nota vai resolver o problema de relação com a Câmara Municipal. Nós estamos agora também pedindo – o Pujol, o Carús e eu – urgência no projeto do mobiliário urbano, pois ficaram nos enrolando 14 dias! Chega! Chega! As coisas têm que ser colocadas como elas são. Não tem conciliação com o Sr. Prefeito Municipal, porque, toda a vez que acontece alguma coisa na sociedade civil, o prefeito tem chique. Isso não é postura de estadista. Um estadista não fica lançando notinha, não fica dando letra. Ele tem que pensar por que aconteceu o Rally Capital dos Buracos: porque a Cidade está esburacada. Mas não são apenas os buracos físicos nas ruas, são também os buracos nas políticas sociais. A gente vai ver escola sem segurança, escola sem guarda, sem o devido acompanhamento nos postos de saúde. São problemas, são buracos, são crateras que existem em todas as políticas na Prefeitura Municipal. É disso que nós falamos, é isso que nós vamos cobrar, não ficamos aqui para fazer luta política e ideológica. Ele devia seguir o exemplo do governador do Estado recém-eleito, do seu partido, o PSDB, que a primeira coisa que fez foi chamar a bancada do Partido dos Trabalhadores para conversar. Nós somos do diálogo, sempre dialogamos, não vamos aceitar essa crítica rebaixada com notas porque fizemos, junto à sociedade civil, um evento na Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Tarciso Flecha Negra solicita Licença para Tratamento de Saúde nos dias 5, 12, 13 e 14 de novembro de 2018.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Boa tarde, Presidente Mônica Leal, demais vereadores e vereadoras, público das galerias e que nos assiste pela TVCâmara; é a primeira vez que utilizo este período de liderança do governo. Em primeiro lugar, quero dizer que fico muito lisonjeado com o convite do Sr. Prefeito Municipal, Nelson Marchezan. Eu, que já era Vice-Líder do governo, comecei como independente aqui na Câmara, mas, por concordar com várias das políticas que estão sendo implementadas no Município Porto Alegre, acabei participando como Vice-Líder do governo. Hoje o Prefeito Municipal Nelson Marchezan me convidou para assumir a liderança do governo, junto com o Ver. Moisés Barboza, que passa a ser o Vice-Líder. Sabemos que o Ver. Moisés está atravessando um momento difícil, de caráter pessoal, com um familiar. O Prefeito e o próprio Ver. Moisés, hoje pela manhã, me fizeram o convite, e eu aceitei. Fico bastante lisonjeado. Sei das dificuldades de ser Líder, das grandes dificuldades que vamos enfrentar, mas fico muito honrado e farei o possível para honrar esse cargo que me foi ofertado pelo Município de Porto Alegre.

Quero, desde agora, me colocar à disposição de todos os vereadores, independente de serem independentes, de base, de oposição, para dialogar com todos, para que a gente possa fazer o melhor pela nossa Cidade. Nessa nova missão de ser o Líder do governo, espero poder contar com todos os vereadores, sabendo que cada um cumpre o seu papel de oposição, ou de situação, mas quero dialogar com todos, buscando o que for melhor para a Cidade. Portanto, estou à disposição de todos os vereadores e quero contar com a compreensão e o diálogo sempre que possível, para que a gente possa fazer o melhor.

Quero também, neste primeiro dia, Ver. Adeli Sell, meu amigo, discordar de algumas coisas e concordar com outras. A gente sabe das dificuldades que o Município vem enfrentando financeiramente. Inclusive, teremos, na próxima quarta-feira, trancando a pauta, o projeto do IPTU. Quem sabe não é a hora de nós dialogarmos e aprovarmos esse projeto tão importante para a Cidade, para melhorar e fazer justiça social, porque tem pessoas que pagam menos do que deveriam pagar de IPTU, todos nós sabemos. Dessa forma, com justiça social, o Município também poderá arrecadar mais e colocar em melhores condições, para que a gente possa fazer as obras necessárias do nosso Município. Também, a partir de agora, vamos buscar aprovar os projetos estruturantes que tem na Câmara Municipal de Porto Alegre, enviados pelo Executivo, para, quem sabe, pagar em dia, logo ali na frente, os servidores públicos. É esse tipo de diálogo que nós queremos construir com os vereadores, para que a gente possa avançar nessa situação. E digo discordar do Ver. Adeli Sell, porque, quando ele fala que não é crime fazer um movimento como o que foi feito no domingo, pela associação das rodovias, o Gerri, que é o presidente, lá de Santa Cruz, é membro do PT,

foi candidato a prefeito municipal pelo PT em 2016... Eu quero dizer que não é crime, Ver. Adeli Sell, mas sabemos que é um movimento político de alguém que é do PT, junto com os vereadores do PT, que está fazendo política, está fazendo oposição ao governo de uma forma bastante criativa. Quero, inclusive, parabenizar a forma como foi feito, mas não dá para dizer que não é um movimento político, junto com o Simpa. A maioria dos membros da diretoria do Simpa são membros do PT, outros, do PSOL, então, é um movimento político de forma... O pessoal pode não ter participado desse movimento, mas faz parte do Simpa. Então, uma parte do Simpa, uma parte petista, junto com uma associação comandada por um petista, fizeram um movimento para reivindicar de uma forma bastante criativa. Quero até parabenizar, mas é um movimento político-partidário em defesa dos seus direitos, fazendo oposição. Não é nenhum crime, mas tem que deixar claro que é um movimento político que faz oposição.

Quanto aos buracos da Cidade, todos nós sabemos que existem bastantes buracos na Cidade, temos que buscar, sim, uma solução para tapar esses buracos, para melhorar as nossas vias. Já está sendo construído isso, o nosso secretário Marcantônio já fez uma compra de 13 mil toneladas de asfalto, já começaram a tapar os buracos da Cidade. Com certeza, já melhorou e vai melhorar ainda mais. Para o ano que vem, vamos fazer – já estamos preparando – uma nova licitação. Tenho certeza de que, mesmo com a Cidade tendo um asfalto já bastante antigo, desgastado, que foi comprovado tecnicamente que é um asfalto que deveria ser trocado, porque já está bastante desgastado, Ver. Paulo Brum, mas, mesmo assim...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): ...Para concluir, quero dizer que nós estamos buscando soluções. O Marcantônio, que é o secretário, já comprou 13 mil toneladas de concreto, vamos começar a tapar os buracos. Já se nota uma diferença na Cidade. Quero dizer que, para o ano que vem, novos métodos vão ser buscados, para que a gente possa melhorar a qualidade das vias da nossa cidade de Porto Alegre.

Também quero dizer que, como o Ver. Moisés falou, foi um grande sucesso o evento da Fórmula 1, na orla do Guaíba. Tenho certeza de que a população da cidade de Porto Alegre ficou muito agradecida, teve mais de 50 mil, 70 mil pessoas, que, de forma gratuita, aproveitaram esse evento na orla do Guaíba. Mas também teve pessoas que foram contra, talvez partidários que nunca conseguiram fazer um evento dessa magnitude e que são contra. Porto Alegre vai sediar muitos outros eventos para a alegria da população. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; o Ver. Moisés Barboza hoje, como Elias, passa o manto para Eliseu, que é o nosso Ver. Mauro Pinheiro, que hoje assume a liderança do governo. Eu me sinto na obrigação, como líder de partido, de tecer esses comentários, vereador, e agradecer a sua dedicação. O amigo, que tem enfrentado graves problemas de saúde, tanto no seu núcleo familiar estrito, com sua filha, como também no seu núcleo familiar extenso, com sua mãe, e jamais se furtou às suas obrigações, aos seus deveres para com a cidade de Porto Alegre, para com o Parlamento. Uma dedicação comovente, um vereador de primeiro mandato, como eu, mas que se superou na competência, na habilidade, no trato com os vereadores desta Casa e que agora passa à vice-liderança em razão desses desafios pessoais que tem enfrentado. Eu quero deixar a minha gratidão, a minha homenagem, o meu reconhecimento, não só meu, mas como representante do povo de Porto Alegre, por essa ação que o senhor tem realizado durante esses dois anos nesta Câmara de Vereadores, representando o governo.

O Ver. Mauro Pinheiro, que assume a liderança, é um homem experiente, vereador de vários mandatos, foi Presidente desta Casa, um homem confiável, um homem cuja palavra tem um valor extraordinário, que não a descumpre, como eu. Eu me espelho em homens assim, que cumprem sua palavra, que cumprem seus acordos, que respeitam o voto de cada vereador que está aqui, somos 36. Eu tenho certeza que a liderança do governo vai estar em muito boas mãos com a sua habilidade, com a sua forma de conduzir essas pautas tão importantes aqui para a Cidade.

Sra. Presidente, era esse o registro que eu queria deixar em nome da liderança do meu partido, agradecendo ao Ver. Moisés Barboza e desejando muito sucesso ao nosso querido amigo Ver. Mauro Pinheiro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver. Mendes Ribeiro, obrigado pelo tempo de liderança, acho importante até para falar em nome da bancada. Está acontecendo, nesses dois finais de semana, Ver. Cassio Trogildo, que é da região, a Festa do Pêssego lá na Vila Nova. Qual não foi minha surpresa quando descobri que a Festa do Pêssego da Vila Nova não pôde ser realizada no Centro de Eventos Ervino Besson. Isso é o maior absurdo que eu podia ter ouvido hoje pela manhã! Nós fizemos, na época do governo Fogaça, Cassiá Carpes, que foi secretário do governo também, se construiu aquele Centro de Eventos Ervino Besson, para fazer a Festa do Pêssego e eventos relacionados para os produtores da Zona Sul de Porto Alegre, particularmente, na Vila Nova e Belém Velho. Há dois anos, conversei com o ex-secretário Ricardo Gomes, que me esclareceu: ele pediu providências para que fosse devolvido aquele espaço ao Sindicato Rural. O Sindicato Rural está lá encantado por aqueles que estão ocupando o centro de eventos.

Esse é um absurdo tão grande, tão grande que eu queria pedir para o Sr. Prefeito tomar providências hoje! E me parece que foi na época do Fernando Coronel e do Denis Carvalho. Eu não sei se ainda estão na Prefeitura, mas, certamente, foi por engano que eles fizeram isso, porque não pode fazer um absurdo desses. Entregaram para uma tal de associação cultural da Vila Nova, e aquilo virou uma zorra, não serve para nada a não ser para esculhambação. Aquilo foi feito para atender aos produtores rurais da Zona Sul. Os nossos produtores rurais da Zona Sul são os donos desse centro de eventos. Ele foi construído com o que sobrou dos terminais de ônibus do camelódromo. O Bertaco está aqui, está assistindo para confirmar isso; Bertaco, foste um dos que ajudaram a timonear aquela construção. Então, prefeito Marchezan, por favor; Mauro Pinheiro, Líder do governo, que já pegou uma missão agora: solução urgente para o Centro de Eventos Ervino Besson, que foi um grande vereador e deve estar envergonhado do que está acontecendo lá. Os produtores tiveram, para não perder a tradição, junto com o Sindicato Rural, que fazer a Festa do Pêssego lá na igreja, como era antigamente. E o Centro de Eventos entregue. Eu não sei quem está ocupando lá, mas não é a finalidade para a qual foi construído. Não é a finalidade para que foi construído esse centro de eventos. Nós temos que ter responsabilidade com as coisas da Cidade. Lá não é só o centro de eventos que nós estamos violando, estamos violando uma tradição da Festa do Pêssego, da festa da uva, dos produtores rurais, enfim, uma história que se tem na Zona Sul de Porto Alegre. Isso precisa ser resolvido com urgência: já, prefeito, já! Uma outra proposta: se a Prefeitura não resolver, vamos com toda a Câmara para dentro do centro de eventos para retomá-lo! Tem que ser assim: vamos retomar o centro de eventos! Ele não foi feito para brincar. Quem fez essa bobagem, se ainda está na Prefeitura, que se redima e ajude o prefeito a desfazer...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): ...Quem fez isso que trate de ajudar o prefeito a desfazer esse nó. É o maior absurdo que aconteceu em Porto Alegre nos últimos anos: tirar a Festa do Pêssego e deixar uma associação que eu não sei quem é. O secretário Ricardo Gomes pediu providências antes de sair, e até agora não foi solucionado. É muito grave isso, é muito grave. Eu volto a dizer: se a Prefeitura não tomar providências, nós devemos ir com a Câmara de Vereadores inteira, porque aquilo é um equipamento da cidade de Porto Alegre. Um equipamento da cidade de Porto Alegre, e nós temos que zelar!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Quero dizer, Ver. Cecchim, que nós nos espantamos, passei lá também, fiquei escandalizada com a localização e também com o tamanho da Feira do Pêssego. É minúscula, não tem nada a ver com a história da valorização dos produtores da agricultura familiar da zona rural de Porto Alegre. É um desprestígio, é um acinte nós estarmos com uma feira que não é uma feira. São três banquinhas, sendo uma de flores, e encerrou, e num lugar que não é feito para ela.

Mas quero falar de outra luta da comunidade, da orla da nossa Cidade, que está sofrendo um ataque. É um ataque à nossa orla, ao nosso meio ambiente, a um resquício de Mata Atlântica que está na iminência de ser liberado pelo licenciamento da Prefeitura de Porto Alegre, lá em Ipanema, ao lado do Clube do Professor Gaúcho. É uma supressão de centenas, talvez mais, de milhares de árvores naquela reserva importantíssima, Ver. Nedel. A autorização é para construir torres, torres de apartamentos na beira do Guaíba, sem considerar a mudança que houve naquela região em termos de impacto urbano, mas principalmente sem respeitar a ambiência da nossa orla, que é uma ambiência que deve priorizar a fruição, a harmonia com o meio ambiente, o direito à paisagem, porque, ali em Ipanema, a população busca fruir, usufruir do rio Guaíba.

Aliás, abrindo um parênteses, um rio ainda extremamente contaminado pelos arroios que ali chegam, um cheiro horroroso, que denota que houve todo um investimento do Socioambiental e que não há uma continuidade para usar os separadores instalados, um custo muito importante para a nossa Cidade. Há um abandono, não há uma orientação das economias para utilizarem os separadores dos esgotos pluvial e cloacal. O rio está contaminado, Ver.^a Fernanda, e agora o que pode contaminar aquela região, impactar o Clube do Professor Gaúcho... A Prefeitura está dizendo que, para minimizar o impacto do enorme empreendimento, precisa fazer a extensão de duas ruas que cortam o Clube do Professor Gaúcho: uma passa por cima de uma biblioteca, que tem que ser demolida – um clube que tem 40 anos –, e tiram o lugar das churrasqueiras, onde as famílias dos nossos professores e professoras, no verão, fazem o churrasquinho, espaço que não é suficiente nem para atual demanda. Ali ao lado, há um empreendimento do Zaffari com bastante área livre. Não é possível que o licenciamento da cidade de Porto Alegre não olhe para aquela região e veja a importância de preservar a Mata Atlântica e não autorizar um empreendimento daquele impacto. Já é a segunda caminhada que ocorre lá na beira do Guaíba, foi ontem à tarde. Eu participei, lá estava o Sebastião Melo, tem um apoio suprapartidário, não é um movimento do PT, ou um movimento de filiados ou militantes do PT, são associações de moradores, pessoas de diferentes filiações políticas.

Portanto, nós temos que dar uma atenção especial, Ver. Carús. Eu espero que a COSMAM chame – não sei, V. Exa. deve estar encaminhando – um debate aqui na Casa de maneira urgente, e que nós todos possamos nos mobilizar para preservar aquele bonito ambiente e trabalhar para sanear o rio Guaíba, ou lago, como queiram, naquela região. Havia muitas crianças tomando banho na tarde de ontem, crianças de menor poder aquisitivo, e, ao lado, o esgoto entrando no rio, não é aceitável. Não se

trata de tirar as crianças, tem estrutura instalada, e é possível sanear o banho em Ipanema. Acho que é nesse sentido que tem que trabalhar...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.).

(Não revisado pela oradora.)

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Cristiano Prunes Azevedo.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam com se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h13min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0582/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 047/17, de autoria do Ver. José Freitas, que obriga o Executivo Municipal a divulgar a relação dos medicamentos distribuídos na rede municipal de saúde e outras informações que especifica.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Dr. Thiago: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto, do Substitutivo nº 01 e da Emenda nº 01 ao Substitutivo nº 01;
- da **CEFOR**. Relator Ver. João Carlos Nedel: pela rejeição do Projeto, do Substitutivo nº 01 e da Emenda nº 01 ao Substitutivo nº 01;

- da **CEDECONDH**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela rejeição do Projeto, do Substitutivo nº 01 e da Emenda nº 01 ao Substitutivo nº 01 (empatado);
- da **COSMAM**. Relator Ver. Aldacir Oliboni: pela aprovação do Projeto, do Substitutivo nº 01 e da Emenda nº 01 ao Substitutivo nº 01.

Observações:

- com Substitutivo nº 01;
- com Emendas nºs 01 e 02 ao Substitutivo nº 01;
- incluído na Ordem do Dia em 24-09-18;
- adiada a discussão por duas Sessões em 05-11-18.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 047/17. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Colegas vereadores, esse projeto estabelece a divulgação da relação do estoque de medicamentos distribuídos gratuitamente à população do SUS.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Quem tem idosos na família que dependem do SUS sabe a maratona que é para conseguir uma medicação e ir ao posto certo. O que acontece? A pessoa chega no posto de saúde, enfrenta uma fila, quando chega a hora de ser atendida dizem que não tem o medicamento lá. Ela vai para outro posto, vai para outro posto, a pessoa perde um dia inteiro. Eu sei, porque eu tenho idosos na família.

A divulgação deverá ser feita nos seguintes locais públicos de distribuição: farmácias populares – em Porto Alegre, nós temos dez farmácias populares –, farmácias e drogarias da rede privada que funcionem em parceria com o Programa Farmácia Popular do Brasil e no *site* da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, conforme uma emenda que eu fiz. “Outras iniciativas do Brasil: Município de São José dos Campos, já existe. A lista de medicamentos é publicada na plataforma do Executivo e é dividida em três modalidades: medicamentos distribuídos na UBS, medicamentos de alto custo, obtidos através de processo, e medicamentos do Estado. Início: o projeto foi implantado no começo de 2018 e é totalmente digital, porque o sistema de saúde foi todo informatizado, não necessitando do material físico”. Eu quero dizer para os senhores que, em todos esses municípios, nós fizemos contato com eles e funciona muito bem. O outro município é Porto Velho, em Rondônia. “Através do Projeto Farmapub, a população tem acesso aos medicamentos disponíveis na rede pública. As informações são atualizadas em tempo real, o estoque disponível e as farmácias onde há disponibilidade. Início do projeto: foi implantado há quatro meses através de uma iniciativa do Executivo.” No nosso município vizinho que eu visitei, Alvorada, foi implantado há cerca de um ano. “O *site* é utilizado em tempo real, com informações de

medicações do município e do Estado. Diariamente também é disponibilizada uma listagem nas farmácias distritais da cidade. De acordo com a gestão, não houve custo ao Município, apenas alteração e o gerenciamento do *site*. Detalhes: segundo informações da Secretaria Municipal da Saúde, será lançado em breve um aplicativo para verificação das medicações disponíveis.” Eles vão implantar lá também um aplicativo para facilitar.

A outra foto ali foi a visita que eu fiz para a secretária de Saúde. Inclusive, Carús, a secretária de Saúde é do teu partido, o MDB. Ela nos atendeu muito bem lá em Alvorada. Estivemos lá para ver como funciona: Sra. Neusa Abruzzi, secretária de Saúde de Alvorada.

O município de Cachoeirinha também. “A listagem é disponibilizada no *site* da Prefeitura toda vez que as medicações chegam às farmácias. O programa teve origem no Executivo e não há custo para o mesmo. De acordo com a farmacêutica responsável, Aline Silva, a atualização é feita quase que diariamente. No arquivo consta a data da última atualização, portanto os usuários sabem quando houve o recebimento de algum item.”

Mas o mais importante de tudo é a lâmina do valor, R\$ 279 mil. “A proposta vai ao encontro dos objetivos do Executivo. A nossa Secretaria de Saúde já vem informatizando todo o sistema de saúde. Com a modernização, já foram economizados R\$ 279 mil em três meses [isso a nossa Secretaria aqui]. Segundo a própria Prefeitura, todo o conteúdo já está no ambiente digital da Secretaria. O que falta é, justamente, disponibilizar informações à população [que é o nosso projeto].”

O importante de tudo, pessoal, é que não vai ter custo nenhum para a Prefeitura, e todas as pessoas terão acesso. Antes de sair de casa, ela vai...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): ...Para concluir, o importante de tudo, pessoal, é que não vai ter custos para a Prefeitura, inclusive, a nossa informatização é mais avançada do que a de Alvorada. Alvorada não tem a rede que nós temos aqui. Nós temos a Procempa, nós temos fibra ótica; Alvorada não tem, então, tem tudo para nós botarmos em prática aqui. E o mais importante de tudo, duas coisas: a primeira, não terá custo para a Prefeitura; a segunda, quando a pessoa vai à farmácia buscar a medicação, ela já sabe se existe a medicação e qual a farmácia. Esse é o objetivo do projeto. Então, conto com todos os colegas para nós aprovarmos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 047/17.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Ver.^a Mônica, obrigada. Muito rapidamente, Ver. José Freitas, eu queria parabenizá-lo pelo projeto. Em 2016 ainda, nós fizemos, eu e o Ver. Prof. Alex, Roberto ainda não era nosso colega, junto com o Marcelo Rocha, uma fiscalização nas farmácias distritais. O que nós encontramos na época é que nove das dez farmácias distritais apresentavam falta de, no mínimo, metade dos medicamentos. Faltava medicamento para epilepsia, diabetes, osteoporose, faltava pílula anticoncepcional, faltavam medicamentos vitais, sobretudo para a população idosa, a que o Ver. José Freitas se referia, mas também todo tipo de medicamentos. Nós entramos com uma ação no Ministério Público sobre essa questão e, na época, ainda fizemos a proposição da cobrança da dívida que o Estado tem com o Município, para reaver recursos e poder comprar os medicamentos. Também vimos a questão da compra junto com as Prefeituras da Região Metropolitana, o que baratearia muito a aquisição desses medicamentos. Mas o Ver. José Freitas ataca com um projeto de transparência e sem custos, Ver. Pujol, para o Município de Porto Alegre. O que ele propõe é que tenha, em tempo real, a lista de medicamentos disponíveis em cada uma das farmácias distritais. O que acontecia quando nós fizemos essa fiscalização? As pessoas iam buscar o medicamento, ficavam na fila esperando, e só no momento de serem atendidas no balcão descobriam que aquela farmácia não tinha a medicação necessária. A pessoa perdia a tarde, perdia a passagem e ficava sem o medicamento, porque uma farmácia distrital não é perto da outra, são em regiões da cidade de Porto Alegre. O que o vereador propõe é uma medida simples no sentido da disponibilização. Basta, pelo sistema, dar o o.k. para o que e o que não tem, o que facilita muito a vida da população, que já pode ir direto na farmácia que tem o medicamento. Caso não tenha, pelo menos, não vai perder a viagem, embora seja um problema grave a falta de medicamentos em si. Eu acho que é um excelente caminho para a transparência, para evitar a perda de tempo das famílias, para evitar a perda de recursos para chegar até a farmácia, com o ônibus, e, ao mesmo tempo, para ajudar essa pessoa que depende da medicação a organizar a busca. Quero parabenizá-lo, é um projeto simples no sentido de não ter complexidade para ser executado pelo Município de Porto Alegre, mas muito eficaz, muito bem planejado. Se for colocado em prática... Primeiro precisa ser aprovado, e eu espero que por unanimidade. Uma medida como essa merece ser valorizada pelos 36 vereadores da Casa. São medidas que ajudam muito a nossa população. Depois, quando colocada em prática, não tenho dúvidas de que ajudará muito essa população que necessita das medicações. Outra coisa é a luta permanente que nós temos também para que não falem medicações. A gente não pode conviver com falta de medicamentos para epilepsia, por exemplo. Como pode alguém pobre que sofre de epilepsia ficar sem acesso esse medicamento? Tem que pedir dinheiro emprestado para a família, para os amigos, às vezes, até para os colegas, por não ter condições de comprar aquele medicamento naquele momento. Em alguns casos, eu recomendo entrar na Defensoria contra o Município. Infelizmente, nós temos que, muitas vezes, entrar na Defensoria Pública para que o SUS, o Município, garantam a medicação necessária para vários riscos de vida. Recentemente, faltou medicação para HIV/Aids, por exemplo, no Município de Porto Alegre, que é campeão,

lamentavelmente, de incidência de HIV/Aids no Brasil. Recentemente, perdeu a sede do GAPPA, isso não pode ser. Mas, de qualquer maneira, um projeto desses já ajuda muito, para que a população saiba o local onde tem a medicação necessária e não perca a viagem. Ao mesmo tempo, avança no sentido da transparência. Parabéns de novo e contem com a bancada do PSOL.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para discutir o PLL nº 047/17.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Boa tarde, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras e amigos que nos visitam; nunca um projeto foi tão claro e tão simples, como disse Fernanda Melchionna. Eu gostaria de ter feito esse projeto e não imagino por que não o fiz até agora. São tantas coisas a nossa volta que não imagino, porque eu sofro exatamente o problema junto com o paciente. Como eu trabalho na ponta, isso significa o quê? Que eu trabalho na vila, que eu trabalho no lugar em que as pessoas mais necessitam. Ela precisa saber, no mínimo, se aquele remédio é dispensado na rede SUS ou não é dispensado na rede SUS, no mínimo isso, uma vez que a grande maioria deles não é dispensada. Então, não é justo, como a Ver.^a Fernanda, agora deputada federal, disse, que a pessoa comece, depois de ter conseguido a consulta, depois de 45 dias, um, dois meses, a sua saga atrás do antibiótico que vai lhe curar de maneira simples. Nós podemos dar a opção para essa pessoa de comprar uma medicação mais barata que também existe na rede popular e que existe nas farmácias, a gente pode dar essa opção, se a pessoa puder; se ela não puder, tens que encaminhar para que ela vá direto na rede estadual e entre com um processo pedindo a medicação – o que não é comum em remédios muito baratos, isso acontece mais em remédios que o povo acaba não podendo comprar mesmo. Agora, a gente receitar para eles um antibiótico, um anticoncepcional, enfim, alguma medicação, sabendo que não tem na rede, isso não é sério, isso não é justo, isso não é humano, isso não é legal! Então, o que me chama atenção, quando diz o vereador proponente – que já parabenizo de novo – que não sai dinheiro nenhum, não, o que ele está dizendo é que não tem que pagar o remédio a não ser que entre na justiça pedindo esse remédio pelo meio legal nos lugares legais, que não são o postinho nem a associação de bairro que vão responder, é a justiça que vai ajudar. Ele diz que não haverá gasto. Por que ele diz que não haverá gasto? Acho importante dizer isso, já que nós vamos votar. Não há um compromisso nesse projeto de que a Prefeitura bote um remédio que não tem, não é isso ainda. É uma coisa mais simples, é dizer se tem ou se não tem. Então, não tem gasto nisso, mas tem um lucro social enorme – não tem gasto de dinheiro, tem lucro social. Imagino que não é votar contra o governo, aliás, nosso partido, PTB, é governista, é um partido que é base do governo, mas nisso aí imagino que o secretário da saúde não vá se aborrecer com a nossa bancada por causa da minha posição, pois ela é humanística. Preciso lhe dar parabéns outra vez, tenho até ciúme do seu projeto, porque gostaria de ter o meu nome

junto! Precisamos dizer para o povo: “não tem no SUS” ou “tem no SUS”. Meu beijo e muito obrigado, meus queridos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 047/17.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sra. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde, queria me somar em apoio ao projeto do nobre Ver. José Freitas, quando ele fala da obrigatoriedade de o Município divulgar a relação dos medicamentos ora disponíveis nas unidades de saúde de Porto Alegre. Há poucos dias, nós recebemos, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, uma senhora que pedia socorro para a comissão, e ela falava exatamente sobre este assunto. Como usuária do medicamento especial, ela, ao terminar esse medicamento, teve que se dirigir novamente à unidade de saúde e não encontrou o medicamento disponível.

Então, ela tinha que se deslocar em toda a rede ou em vários locais da Cidade, com o custo da passagem e correndo o risco de não encontrar o medicamento. Nós temos hoje o *site* da Prefeitura que possibilita criar um *link* e colocar ali a disponibilização dos medicamentos controlados na cidade de Porto Alegre. Em não encontrando, a Prefeitura pode ter que pagar esse medicamento muito, mas muito mais caro, na medida em que o cidadão acaba judicializando. Ora, se eu sei que o cidadão tal corre risco de vida ao não encontrar aquele medicamento, não tem outra saída para a família a não ser judicializar. E, ao judicializar, a Prefeitura tem que comprar esse medicamento no mercado e colocar à disposição. Se ele faz isso antes, se ele é um gestor público prevenido, ele sabe que o Oliboni usa um medicamento controlado, ele vai comprar esse medicamento de três em três meses, quando está vencendo o prazo ou quando ele está terminando. Portanto é uma simples ideia, mas que tem uma enorme repercussão para aqueles cidadãos que buscam determinados medicamentos e que, muitas vezes, não encontram na rede; e é obrigatoriedade, sim, do Município, por fazer a gestão do SUS, disponibilizá-lo. Parabéns, Ver. Freitas, votaremos contigo. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, a Emenda nº 01 ao Substitutivo nº 01 ao PLL nº 047/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM** e 03 votos **NÃO**.

Em votação da Emenda nº 02 ao Substitutivo nº 01 ao PLL nº 047/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação o Substitutivo nº 01 ao PLL nº 047/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Fica prejudicado o projeto.

VOTAÇÃO NOMINAL

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

1º TURNO

PROC. Nº 0757/18 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 003/18, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que inclui inc. VI no § 2º do art. 82 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, incluindo a alteração dos limites ou a alteração de regime urbanístico que compreenda a Zona Rural do Município de Porto Alegre no rol de matérias que dependem de voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal para aprovação.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Paulo Brum: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA, em ambos os turnos – art. 130 do Regimento da CMPA;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 29-10-18.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação, em 1º turno, o PELO nº 003/18. (Pausa.) O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Presidente Mônica, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara; este projeto, por se tratar de uma emenda à Lei Orgânica, Ver. Idenir Cecchim, já teve duas sessões de discussão. Agora, se aprovado nesta tarde com, pelo menos, 24 votos, teremos mais uma segunda sessão de votação. Creio que é desnecessário ficar batendo no objeto do projeto, tendo em vista que já tivemos duas sessões de discussão. É um projeto muito simples, ele está incluindo, na Lei Orgânica, no art. 82, no § 2º, o inc. VI. Com essa alteração, será necessário, a partir dessa aprovação, Ver. Ferronato, dois terços dos votos dos vereadores para qualquer alteração dos limites da zona rural, bem como do regime urbanístico da zona rural.

Conversei com a totalidade dos vereadores, sei que tem uma ou outra posição um pouco divergente, mas acredito que nós tenhamos uma expressiva maioria para darmos mais uma demonstração de que a Cidade decidiu ter uma zona rural e quer preservá-la. Nós temos outras áreas de Porto Alegre que ainda tem uma ocupação rarefeita e podem se prestar para a expansão, inclusive habitacional, da Cidade, tanto de demanda habitacional prioritária, quanto de projetos especiais, loteamentos e tudo o mais. É uma demonstração da Cidade de que, nessa parte do território, que corresponde a 8,26%... Vou usar a expressão que usou o Ver. Professor Wambert: nessa parte do território, qualquer alteração terá que ser praticamente um consenso, porque serão necessários 24 votos para que aconteça essa alteração lá na zona rural. Tem, sim, o objetivo de manter aquela área como uma zona de produção primária, como assim estabelece o nosso Plano Diretor, reservadas, Ver. Reginaldo Pujol, todas as áreas que o próprio Plano Diretor de 1999 e a própria lei que restitui a zona rural identificou como zonas intensivas, como o centro de Belém Novo, o Lageado, dentre outras, que, inclusive, Ver. Alvoni, precisam de demarcação. Não foram demarcadas pelo Executivo municipal. Então não significa, Ver. Prof. Alex, que não vai ser possível nenhuma área intensiva, existem aquelas já definidas no Plano Diretor e que precisam ser demarcadas e que terão essa característica intensiva, e é importante isso, inclusive, porque quem vai trabalhar na zona rural precisa morar em algum lugar, e vai morar, muito provavelmente, nessas áreas que vão continuar sendo reservadas como áreas intensivas. Então eu gostaria de pedir aos vereadores o apoio na aprovação neste 1º turno, são necessários 24 votos e, logicamente eu vou solicitar uma verificação de quórum para também sabermos se temos vereadores suficientes em plenário para podermos proceder a essa primeira votação. Muito obrigado, um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, o esclarecimento prestado pelo autor foi extremamente claro, preciso e objetivo. Então, eu não vou me manifestar da tribuna porque ele, sabiamente, já esclareceu algum particular. E se alguma dúvida tiver, esclareceremos mais tarde. Hoje, temos que dar o primeiro passo, liberando o projeto para ser aprovado e, evidentemente, começar a correr o prazo para a segunda votação.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex está com a palavra para encaminhar a votação, em 1º turno, do PELO nº 003/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, público que nos assiste pela TVCâmara, nas galerias, vereadores e vereadoras. Eu subo à tribuna em nome do nosso partido, PSOL, portanto, falo em nome dos colegas Ver. Roberto Robaina e da nossa Líder, Ver.^a Fernanda Melchionna, para ratificar o apoio que o PSOL manifesta em prol do projeto que está em votação.

A nossa zona rural é uma ilha de preservação do patrimônio natural ainda existente no Município de Porto Alegre. A maior parte da extensão da zona rural, essencialmente, fica na região Extremo-Sul de Porto Alegre, bairros, esses, bastante afastados do Centro de Porto Alegre, mas que tem uma importância significativa em termos de manutenção da condição climática da nossa região e também na produção de gêneros alimentares para a nossa população. A preservação das espécies é auxiliada pela produção. O indivíduo, o produtor que não cuida bem da sua terra, que não tem zelo pela sua propriedade, que desdenha dos recursos hídricos e do solo da sua propriedade não vai tê-la como subsídio familiar por muito tempo. Portanto é atividade intrínseca à produção, principalmente a partir das pequenas propriedades, o zelo e o respeito com relação aos recursos naturais e aos mananciais hídricos. A preservação da nossa natureza depende de cordões, para que a manutenção das espécies animais e vegetais aconteçam.

Portanto, eu venho a esta tribuna, como biólogo de formação, manifestar o nosso apoio ao projeto de iniciativa do Ver. Cassio Trogildo. E nós, como bancada do PSOL, esperamos que haja 24 votos deste plenário, na tarde de hoje para que nós possamos consolidar este 1º turno de votações necessário, dos dois existentes, para que possamos avançar na condição de maior proteção a esses recursos. Obviamente existe do outro lado um peso significativo com relação à especulação imobiliária, que propõe projetos aumentando os índices de construção, ameaçando severamente de morte tanto a nossa zona rural, a produção primária da nossa Cidade, quanto os nossos recursos naturais. Portanto endossamos o apoio integral da nossa bancada a essa iniciativa, votaremos favoravelmente, e esperamos que as demais bancadas desta Casa legislativa também o façam. Que tenhamos, pelo menos, os 24 votos e possamos aprovar o 1º turno de votação na tarde de hoje. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum qualificado, tendo em vista que se trata de um projeto de emenda à lei orgânica em que são necessários pelo menos 24 votos para aprovação.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum qualificado, solicitada pelo Ver Cassio Trogildo. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Em votação nominal, em 1º turno, o PELO nº 003/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM** e 03 votos **NÃO**.

Em votação o Requerimento de autoria do Alvoní Medina, solicitando a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 129/17. Após retornaremos à ordem normal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 129/17 e do PLL nº 093/17, passar à discussão e votação do PLL nº 272/17. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego Emenda nº 01, de autoria do Ver. Alvoni Medina, ao PLL nº 129/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 129/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1116/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 129/17, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que estabelece a reserva para os idosos de, no mínimo, 2% (dois por cento) das vagas de emprego de empresas privadas com 100 (cem) ou mais empregados no Município de Porto Alegre.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. João Carlos Nedel: pela rejeição do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Paulinho Motorista: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Moisés Barboza: pela rejeição do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 28-05-18;
- adiada a discussão por uma Sessão em 05-11-18.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 129/17. (Pausa.) O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias e na TVCâmara, subo a esta tribuna para elogiar a atitude do colega Vereador Medina, uma vez que ele

colocou esse projeto extremamente importante e bem intencionado, no qual estabelece reserva para idosos de no mínimo 2% das vagas de empregos em empresas privadas com cem ou mais empregados no Município de Porto Alegre. Porém, por mais que a intenção seja boa, tenho convicção de que esse projeto fere o princípio da isonomia. Acho que é um projeto que interfere direto na iniciativa privada, onde nós não temos poderes de determinar quanto por cento uma empresa vai ter de seus empregados. Mas na reunião de Líderes, eu e o Ver. Cassio conversamos com o Ver. Alvoni Medina para que ele retirasse o projeto e adequasse, fazendo um programa de incentivo às empresas terem vagas para idosos. O Ver. Alvoni, na mesma hora, atendeu ao nosso apelo, modificou o projeto com sua assessoria, e hoje apresentou essa emenda, instituindo o programa de incentivo à reserva de vagas de emprego para pessoas idosas nas empresas privadas no Município de Porto Alegre. Quero dizer que tem o meu apoio, Alvoni, pois é um projeto importante em que incentivamos as pessoas idosas a se inserirem no mercado de trabalho, pois nós sabemos que as pessoas idosas não têm muitas oportunidades. Acredito que esse programa irá beneficiar milhares de idosos da nossa Capital. Temos que ter uma atenção muito carinhosa e muito cuidado com os nossos idosos. Todos nós vamos ser idosos; então, temos que cuidar daqueles que lá estão e que são muito importantes, foram muito importantes nas nossas criações. Temos que dar uma atenção especial aos idosos. Com a tua emenda, Alvoni, quero te dizer que vai ser um programa importante e que não basta, aqui, apenas a gente aprovar o programa, mas temos que trabalhar diariamente para que o programa saia do papel e que as empresas possam efetivar o programa de incentivo de 2% de vagas aos idosos nas suas empresas. Quero parabenizá-lo pela sua humildade, pela sua serenidade e por fazer os ajustes adequados, e espero que a gente possa votar, sim, com convicção, num bom programa, num bom projeto para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, a Emenda nº 01 ao PLL nº 129/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**.

Em votação o PLL nº 129/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0913/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 093/17, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que estabelece a instalação de mictórios públicos no Bairro Centro Histórico, e dá outras providências.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Dr. Thiago: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Substitutivo nº 01;
- da **CEFOPR**. Relator Ver. Mauro Zacher: pela aprovação do Substitutivo nº 01;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Dr. Goulart: pela aprovação do Substitutivo nº 01;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Moisés Barboza: pela rejeição do Substitutivo nº 01 (empatado);
- da **COSMAM**. Relator Ver. Aldair Oliboni: pela aprovação do Substitutivo nº 01.

Observações:

- com Substitutivo nº 01;
- Projeto e Emenda nº 01 restaram prejudicados nos termos do art. 56 do Regimento da CMTA;
- incluído na Ordem do Dia em 29-08-18.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 093/17. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-la, Ver.^a Mônica Leal, comandando os trabalhos, Vice-Presidente da Casa. Este é um projeto muito simples, é uma novidade. No Brasil, só tem no Rio de Janeiro e em Curitiba. Os grandes centros do mundo têm. Nós falamos tanto das questões do Centro, e eu quero trazer isso, com esse projeto, e vamos votar o substitutivo, que faculta, não obriga. Nós vimos aqui, recentemente, no início, o ex-líder do Governo, Ver. Barboza, que entregou ao Mauro, boas mãos, o comando da liderança do Governo, falou aqui em parcerias público-privadas, adoções de praças, etc. O Governo pode, depois, criar um novo *slogan* no Rio Grande Sul. No Rio de Janeiro é UPA, vocês estão vendo ali. Nós vimos o Centro da nossa Capital deteriorado, pessoas urinam nas paredes, nas calçadas, porque não tem onde urinar. As pessoas ou vão ao Mercado Público, ou dentro de um *shopping*, dentro de um estabelecimento comercial, ou, caso contrário, não tem onde urinar. Isso, automaticamente, vai padronizar, o governo vai criar, com as parcerias público-privadas, se quiser, dando liberdade para que haja essa parceria público-privada para os mictórios públicos. Isso não vem ao caso em relação aos que têm. Os que têm são poucos, nós sabemos, Ver. Adeli, V. Exa que sempre caminha no Centro. Nós gostamos muito do Centro. Isso pode, depois, ir, por exemplo, para as praças públicas, onde tinha, antigamente, um mictório cuidado por um funcionário da Prefeitura. Hoje não tem mais, devido as dificuldades. Os resíduos oriundos do mictório público, referido nessa lei, deverão ser escoados, diretamente, na rede de esgoto – portanto é ecológico –, observada a legislação pertinente. É um projeto simples, onde queremos padronizar. E a Prefeitura, com o seu *know-how*, pode muito bem criar um novo *layout* para que nós tenhamos um mictório bonito, organizado no Centro da Cidade, dando essa facilidade. Pessoas que estão, por exemplo, na Praça XV de Novembro, na Praça da Alfândega,

vão aonde? Na semana retrasada, eu fui ao Mercado Público e a escada rolante estava estragada, não tinha como subir, não tinha mictório no Centro, as pessoas não conseguiam. Então, estou trazendo uma alternativa que já existe no mundo, para que nós tenhamos um centro mais organizado. Eu tenho futuramente, não vou colocar neste momento, porque quero primeiro que o Centro se organize, é essa a expectativa do governo, a ideia de fazermos um palco móvel na esquina democrática para valorizar os artistas, em que a Prefeitura e as associações dos artistas poderiam fazer uma parceria para organizar. Neste caso, é o mictório. Peço compreensão dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, já que não está obrigando, está facultando a Prefeitura a criar uma alternativa, como já tem no Rio de Janeiro, em Curitiba, em grandes centros, como Londres, que trarão benefícios a locais, como é o coração da Cidade, em que passam mais de 300 mil pessoas por dia, e não tem onde urinar, não tem para onde se direcionar, a não ser para aqueles locais que já sabemos. Se você me perguntar, eu direi: eu sei do mercado público, quando não está estragado, mas eu não sei outro local que seja público que as pessoas tenham essa facilidade. Então, eu gostaria da compreensão dos vereadores e das vereadoras e volto a frisar: isso não obriga a Prefeitura, faculta, e pode ser até através de parcerias público-privadas, para melhorar o nosso Centro e quem sabe a Cidade, nas praças, quando tiver adoção, pois hoje já não tem mais aqueles mictórios antigos, em que um funcionário ficava cuidando. Isso cria uma alternativa, e tenho certeza de que vai dar certo, porque já deu em outras capitais do Brasil, como Rio de Janeiro, Curitiba, e cidades como Londres, enfim. Então, peço a colaboração dos colegas para que nós possamos aprovar e criar uma alternativa de melhor organização e limpeza no Centro da nossa Cidade. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao Substitutivo nº 01 ao PLL nº 093/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao Substitutivo nº 01 ao PLL nº 093/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 093/17.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; colegas vereadores e vereadoras; em boa hora estamos fazendo esse debate sobre o Centro Histórico, é um momento crucial para fazer esse debate, primeiro porque o Centro está abandonado, e, perdoem-me o palavreado, mas só tem uma coisa que eu posso dizer: o Centro fede. A Trav. Eng. Acilino de Carvalho está intransitável tal é o mau cheiro; às sextas-feiras, à noite, não dá para passar, as senhoras, as mulheres, menos ainda, porque é um mictório a céu aberto. Na Rua Uruguai, é a mesma coisa, insuportável. E o banheiro no Mercado Público está bem agora, foi restaurado pelos permissionários, que pagam rigorosamente, todo mês, o aluguel para a Prefeitura, que

vai para o Funmercado, que vai para o caixa central, mas os mercadistas estão respondendo a um inquérito civil público por problemas de higiene, de resíduos, etc, quando a Prefeitura, hoje, não cumpre sua função pública. Agora nós pedimos urgência, urgentíssima, o Ver. André Carús, Ver. Reginaldo Pujol e eu fizemos esse pedido para votar de forma urgente o mobiliário urbano, que dialoga exatamente com sua proposição. Em aprovando o seu projeto, Ver. Cassiá Carpes, votarei favoravelmente, nós aprovaremos em seguida o mobiliário urbano e, dentro dos preceitos do mobiliário urbano, nós vamos ter equipamentos, adequados para que as pessoas possam ter um banheiro, para que possam ter placas de sinalização, para que possam ter paradas de ônibus adequadas. Nós estamos vendo esse brutal abandono da Cidade. Eu vou apresentar aqui, Ver. Aldacir Oliboni, quarta-feira, se der tudo certo, o número de sinaleiras com o sinal sonoro para os cegos, Ver. Cassiá, a maioria não está funcionando. Nós visitamos todas as sinaleiras em que a Prefeitura diz que colocou sinal sonoro para os cegos. Então aqueles buracos da Cidade que eu falei antes não são apenas no asfalto; tem buraco na condição, no conforto das pessoas, que não têm onde buscar um banheiro, Ver. Paulinho Motorista, Ver. Airto Ferronato, no Centro da cidade de Porto Alegre. É uma vergonha essa questão!

Nós estamos tendo a Feira do Livro. Por sinal, seria bom se a gente ainda pudesse ir à feira várias vezes nos últimos dias para aproveitar a feira, para curtir a feira. A Prefeitura tem banca, o IEL tem banca, o Senado tem banca, a nossa Câmara Municipal já teve banca. Assim, Ver. Cassiá, estamos aqui para buscar apoio dos nossos colegas para o seu projeto para, em seguida, Ver. Carús, aprovarmos o projeto do mobiliário urbano e começar a caminhar numa retomada da modernidade em Porto Alegre. Porto Alegre já foi uma cidade ultramoderna. Nós já tivemos o trenzinho para o bairro Tristeza, que terminou em 1949. Os bondes pararam no dia 8 de março de 1970, e, de lá para cá, começou a degradação, o retrocesso da modernidade em Porto Alegre. Já fomos a cidade que teve os grandes arquitetos, os grandes artistas fazendo essas obras maravilhosas que hoje estão tombadas pelo patrimônio histórico. Porto Alegre viverá nova fase, nova vida com a nossa ousadia na Câmara Municipal de Vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 093/17.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, eu apresentei uma emenda, conversei com o Ver. Cassiá, no projeto do vereador, e vou fazer uma pequena modificação na redação, até para apresentar a palavra “faculta”, e não “estabelece”, seguindo a mesma lógica do substitutivo do Ver. Cassiá. O que nós temos? A minha emenda diz o seguinte: que vai facultar nestes locais, que serão estabelecidos e construídos mictórios, que se reserve um espaço exclusivo para pessoa ostomizada. A

pessoa ostomizada, todos sabemos, é aquela pessoa que carrega a bolsa coletora de fezes. Porque, com isso, nós estaríamos atendendo a uma demanda que vem de décadas das pessoas com esta cirurgia, que é um espaço exclusivo para eles.

Portanto, seguindo a mesma ideia da proposta do Ver. Cassiá, que vamos votar favorável, estou pedindo também uma atenção toda especial para minha emenda, que ela traz algo de importante, necessário e positivo para pessoas que sofreram esta cirurgia e apresentam uma ostomização. Portanto, estamos pedindo para que votem favorável também à nossa emenda. Um abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 093/17.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Ver. Cassiá, eu vim aqui, em especial, apoiar essa iniciativa. É uma autorização, não é a solução, mas é um caminho. E acho que a Câmara tem que apontar caminhos ao perceber as necessidades e os problemas da nossa Cidade. E eu quero chamar atenção de dois retrocessos – ao invés de haver avanços, há retrocessos. O camelódromo se instalou em Porto Alegre, é uma concessão pública, e a Prefeitura não exigiu banheiros públicos ali embaixo do camelódromo. Tem que pagar para ter banheiros e, naquele lugar que ficou completamente insalubre, é um barulho, é um calor, é gás carbônico, as pessoas ficam esperando em filas ali, porque foi tapado. É muito importante saber que foram tapadas aquelas paradas de ônibus todas, de maneira que ali contém o barulho, a poeira dos ônibus tóxica, e nenhuma contrapartida do empreendedor que explora, inclusive, o estacionamento em cima do camelódromo, não há contrapartida. Uma área pública, nobre, houve um impacto negativo nas pessoas, nos usuários de ônibus, onde o banheiro é inclusive pago, nem os banheiros públicos que existiam antes ali há mais. Com a chegada do camelódromo, as pessoas que têm que pegar ônibus e nem o banheiro público tem mais. Então, é escandalosa a forma de gestão do espaço público.

Da mesma maneira aqui no Mercado Público, os senhores vão ver que os cadeirantes não têm como acessar os banheiros porque o elevador está estragado há tempo, nunca está funcionando o elevador. Como é que uma pessoa com deficiência vai ao banheiro no Centro da Cidade? São as barreiras brutais que são colocadas para a população. E ali tem recursos, são recursos gerados pelo próprio Mercado Público, e esses recursos não são revertidos em benefício da população. Há uma burocratização, foi rompida a parceria com os permissionários, e não há como acessar, quem for cadeirante, quem for idoso, com pouca mobilidade, os banheiros, que são péssimos, mas pelo menos existem no Mercado Público.

Portanto, vamos aprovar essa lei com essas advertências, são leis sugerindo, é uma lei que percebe a necessidade de mictórios públicos onde há aglomeração de pessoas, não precisa gastar recursos com isso e, sim, exigir contrapartidas ao conceder o uso, utilizar corretamente os recursos, no caso do Mercado Público. É muito grave a

falta de preocupação, de cuidado com os seres humanos na cidade de Porto Alegre e, em especial, no Centro da Cidade, onde há uma grande aglomeração e as pessoas não têm franquia de usar nas lojas, usar nos restaurantes, precisam gastar para isso. A Prefeitura apenas articulando ações sem condições de fornecer um serviço que é do ser humano. Imaginem o uso de bolsas, imaginem menstruação, “n” situações, troca de fralda de crianças, atendimento em situações emergenciais com criança pequena, como é difícil a vida do cidadão que precisa se deslocar buscando serviços no Centro da Cidade. Por isso, Ver. Cassiá Carpes, parabéns! E votaremos, com certeza, com Vossa Excelência.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, a Emenda nº 01 ao Substitutivo nº 01 ao PLL nº 093/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 21 votos **SIM** e 03 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, o Substitutivo nº 01 ao PLL nº 093/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM** e 02 votos **NÃO**.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 272/17, por uma sessão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum qualificado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum qualificado, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito vereadores presentes. Não há quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 17h37min: Encerrada a Ordem do Dia.

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria dos vereadores Alvoni Medina e José Freitas, ao PLL nº 272/17.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Elizandro Sabino.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, amigos que nos visitam, mais uma vez venho, no dia de hoje, à tribuna para falar agora sobre um assunto que também considero muito importante, que é a sugestão que vou fazer à Comissão de Saúde para chamar o nosso querido secretário de saúde, Dr. Erno, para que nos dê uma luz sobre o assunto que vou colocar para os senhores agora.

Os hospitais de Porto Alegre que atendem à rede SUS, que têm ambulatório... A maioria dos hospitais que têm atendimento de cirurgia devolvem a paciente operada, para tirar os pontos e para levar o exame anatomopatológico que surgiu da cirurgia, para o postinho de origem. O posto de origem tira os pontinhos, vê o resultado do exame, e, tendo a necessidade, volta ao cirurgião para complementar com quimioterapia ou radioterapia – aqui estou falando da coisa mais paroxística, que é o câncer –, assim acontece. Porém, os hospitais que têm ambulatórios, que atendem pelo SUS, não atendem a pacientes que procuram ambulatório, eles precisam passar pela rede de marcação de cirurgias, lá na Secretaria Municipal de Saúde. E aí, o que acontece? Isso vem ao contrário do que diz a lei: que é necessário que, para uma pessoa que desenvolva, ou que tenha suspeita, ou diagnóstico de câncer, para ser feito o primeiro tratamento, leve 60 dias. Essa lei existe em todo o Brasil. Sessenta dias, no máximo, depois de feito o diagnóstico ou haja suspeita, há a necessidade de a pessoa ser operada ou ser iniciado o tratamento que, geralmente, é a biópsia, que é a primeira cirurgia – se já tem a biópsia, é a cirurgia propriamente dita, a primeira, tem que ser operada.

O que acontece? Quando ela bate em um hospital, por exemplo, da rede Conceição – que tem ambulatórios que também atendem como postinho, tanto na rede quanto no próprio hospital, nos andares de ambulatório do próprio hospital –, essas pessoas que sentem a necessidade, ou por sangramento, ou por uma bola que lhe apareça no corpo, ou por alguma alteração grave que lhe apareça no corpo, de marcar uma consulta no hospital, ou no ambulatório do hospital, não é permitido a essa pessoa fazer isso. E mais, não é permitido a um médico da rede que faça o diagnóstico encaminhar direto para o médico operador do hospital. Não é permitido, o SUS não permite que isso aconteça! Ou seja, nós precisamos manter os hospitais que operam a rede SUS completamente cheios, com os quartos todos ocupados, pois só assim daremos uma resposta para a diminuição do sofrimento, diminuição de tratamentos longos ou até contra a morte da pessoa.

Então, eu acho que a Secretaria Municipal de Saúde tem que vir conversar conosco – e eu gostaria de ser convidado, bem como outros que estiverem interessados – na Comissão de Saúde, onde ele pode explicar para a gente por que uma pessoa com a necessidade sentida ou encaminhada por um médico da ponta para um hospital tipo Conceição, Fêmina ou Cristo Redentor – menos Cristo, talvez mais Conceição e Fêmina

– para atenderem essa pessoa, ela vai três, quatro, cinco, seis vezes na emergência, tem sangramento e não é atendida, volta para casa, e volta para casa, e volta para casa, enquanto isso ela está esperando, porque ela foi ao postinho, e o postinho está com a consulta dela para agendar, para agendar, e não agenda nunca! Por que não ser atendida, nem que seja feita uma triagem por enfermagem, por médicos, por residentes, no caso dessa pessoa. Não podemos deixar uma pessoa que bate em qualquer hospital SUS sem solução, voltando para casa com sangramento uterino, por exemplo. Vocês sabem que, depois dos 45 anos, sangramento uterino se parece muito com câncer de útero. Mulher que tem relação sexual e tem sangramento, mesmo moça, se parece muito com câncer de colo uterino. Nódulo na mama, principalmente em mulheres depois dos 35 anos, se parece muito com câncer de mama.

Nós precisamos que a Comissão de Saúde nos chame para discutir a importância desse fato. Precisamos nos reunir para resolver isso. Paciente que chega no hospital sangrando não pode voltar para casa, tem que resolver o problema de preferência no hospital. Não é possível que uma pessoa procure a rede de hospitais que têm ambulatório, que têm médico atendendo pacientes em consulta volte para a casa sem uma solução, principalmente se passar pela emergência do hospital.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PDT): O Ver. Dr. Goulart prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Só pra me vingar da Sofia, vou falar mais um pouquinho. Então, assim, meus queridos: eu acho importante que a gente tenha parado e falado, parado e falado, porque ficou diferente e chama a atenção. Quando a gente precisa fazer propaganda de alguma coisa, as coisas inusitadas chamam atenção. Nós precisamos dar um rumo certo para uma pessoa que vai a um hospital que opera pelo SUS no seu setor de emergência e que é devolvida para a comunidade sem resolução do seu sangramento ou do seu tumor. Precisamos disso. Agradeço muito aos vereadores que nos ajudaram nesse finalzinho de trabalho, porque vou voltar a esta fala novamente, pois ela é importantíssima. Nós precisamos nos reunir na Comissão de Saúde para ajudar e informar ao Governo e ao nosso secretário de saúde que nós não podemos deixar as pessoas à mercê do tempo. Muito obrigado, meus queridos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, boa tarde a todos e todas. Neste fim de semana nós tivemos uma experiência que vinculava a marca de uma bebida alcoólica, uma cerveja, com a velocidade dos automóveis. Eu acho que independente do retorno econômico, o qual eu gostaria de ver efetivamente os dados, não apenas a quantidade de pessoas que

foram neste lugar, mas o quanto essas pessoas consumiram e geraram riqueza, no sentido que costumamos usar aqui na tribuna. Além disso é importante o Poder Público ter em mente que essa combinação entre velocidade e bebida alcoólica não pode ser incentivada. Não é à toa que em carros de Fórmula 1 já há uma regulamentação de que tipo de propaganda pode-se colocar num. Aliar bebida com direção em alta velocidade – não estou aqui querendo ser nenhum moralista –, mas nós sabemos o resultado que isso dá, são as mortes no trânsito, não só de quem dirige, mas de terceiros que não têm nada a ver com a conduta daquela pessoa que está dirigindo embriagada. Mas eu queria chamar a atenção porque nós estamos iniciando um período de forte calor na nossa Porto Alegre e é muito importante que nós possamos aprender com o processo que envolve esse trajeto já inaugurado, essa parte da orla chamada de nova orla do Guaíba. Nós fizemos uma crítica quando o processo foi implementado, pela forma como foi, a dispensa de licitação e outros temas que já foram debatidos nesta tribuna e pela população. Mas é tão importante ouvir a população e ter a sua participação que ficou escancarado, no sábado passado, durante esse evento, diante do calor intenso que se abateu sobre Porto Alegre – e que se abaterá no próximo período, pois estamos às portas do verão –, de que a orla precisa de árvores. As árvores não são simplesmente uma tendência ou uma mania de pessoas que defendem o meio ambiente; é algo que transforma a cidade num lugar de maior conforto urbano. E, infelizmente, o projeto que foi implementado, que nós temos que reconhecer o avanço da orla, não previu sombra para as pessoas. Talvez num período de inverno ou de meia estação – outono e primavera –, nós não sentíssemos o calor que agora sentiremos no próximo período, que irá até março, abril do próximo ano.

Nós, aqui, já debatemos, já levantamos esse tema, já falamos em programas de rádio, mas o fizemos também formalmente, através do nosso mandato, um pedido de providências para que, imediatamente, a Prefeitura implemente um plano de arborização já na nova orla, com transplante de árvores grandes já para que tenha sombra imediatamente. Caso contrário, a orla, que está sendo tão desfrutada por pessoas do Estado inteiro, do Brasil inteiro e também por pessoas de Porto Alegre, talvez não possa ser utilizada e desfrutada, a não ser quando o sol baixar. Esse é um dos problemas de não ter sido pensado num viés ambiental. É claro que aqui talvez tenhamos que discutir um pouco o conceito do que é sujeira, vereadores que ainda estão aqui presentes – Ver. João Bosco Vaz e Ver. Dr. Goulart. Folhas no chão não é sujeira; é sombra, é conforto acústico e conforto ambiental. Então, quero, aqui, registrar da tribuna esse pedido de providências que fizemos. Não cabe aqui um projeto de lei, e, se coubesse, demoraria, teria passado o verão e não teríamos as árvores.

Queremos sombra na orla! Um plano imediato de emergência de arborização do trajeto da nova orla se impõe para que a Cidade e as pessoas de todos os lugares possam desfrutar no seu sentido integral e não apenas quando o sol baixar. Porque ali, efetivamente, Ver. Dr. Goulart, ficou muito concreto. Essa é uma das contribuições que nós temos para dar em relação à orla. Tem o tema das ciclovias, com seus problemas, não havia necessidade de pintar a ciclovia ali porque é segregada da

pista, e outros temas sobre os quais nós queremos continuar contribuindo para a melhoria desse espaço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0802/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 072/18, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui conteúdo sobre educação cooperativista nas disciplinas ministradas nas escolas públicas da rede municipal de ensino.

PROC. Nº 1304/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 138/18, de autoria da Mesa Diretora, que inclui § 5º no art. 47, e altera o § 2º do art. 50, todos na Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986, e alterações posteriores; e inclui § 6º no art. 1º da Lei nº 3.961, de 16 de dezembro de 1974.

PROC. Nº 1306/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/18, de autoria da Mesa Diretora, que institui o auxílio-saúde, dispõe os procedimentos para a sua concessão aos agentes públicos ativos da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências.

PROC. Nº 1307/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 031/18, de autoria da Mesa Diretora, que altera o art. 2º, o *caput* e o § 1º do art. 3º e o § 3º do art. 4º e inclui § 6º no art. 4º, todos da Resolução nº 1.526, de 22 de março de 2001 – que dispõe sobre o auxílio-creche e sua concessão aos funcionários da Câmara Municipal de Porto Alegre.

PROC. Nº 1317/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 034/18, de autoria da Mesa Diretora, que inclui parágrafo único no art. 4º da Resolução nº 2.374, de 2 de julho de 2015 – que estabelece regras para a concessão de diária a vereador e a servidor da Câmara Municipal de Porto Alegre ou à disposição dessa e revoga a Resolução nº 907, de 12 de agosto de 1987.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0856/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 011/18, que dispõe sobre a Outorga Onerosa do Direito de Construir no Município de Porto Alegre, cria o Fundo Municipal de Gestão de Território, altera dispositivos da

Lei Complementar nº 612, de 19 de fevereiro de 2009 e revoga as Leis Complementares nº 315 de 06 de janeiro de 1994 e nº 644, de 2 de julho de 2010.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h51min.)

* * * * *